

Cap QOBM GELSON MARCELO JAHNKE

PERFIL GERENCIAL DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento de Segurança Pública.

Orientador de Metodologia:
Prof. Sônia Maria Breda

Orientador de conteúdo:
Cap QOBM Adriano Marcelo Novochadlo

CURITIBA

2008

EPÍGRAFE

Sem a flor não há semente
Mas se a flor prepara, só a semente permanece.
Sem instrução, a máquina é segredo
Mas se a instrução avisa, só a máquina produz.
Sem convicção, a atitude não aparece
Mas se a convicção indica, só a atitude define.
Sem programa, o trabalho desordena
Mas se o programa sugere, só o trabalho realiza.
Sem teoria, a experiência não se expressa
Mas se a teoria estuda, só a experiência marca.
Sem lição, o exercício não vale
Mas se a lição esclarece, só o exercício demonstra.
Sem ensinamento, a obra não surge
Mas se o ensinamento aconselha, só a obra convence.

CHICO XAVIER

AGRADECIMENTOS

A Deus que nos dá vida e nos ilumina;
A minha esposa e meu filho pela compreensão e
apoio em todos os momentos;
Aos meus pais pelo carinho e ensinamentos;
Aos mestres pelo aprendizado repassado;
E a todas as pessoas que de alguma forma me
apoiaram ao longo desta jornada.

RESUMO

A monografia sobre o Perfil Gerencial do Corpo de Bombeiros do Paraná, objetiva realizar um levantamento sob enfoque do pessoal, ocorrências atendidas, distribuição geográfica, estrutura e de aplicação de recursos na Corporação. A metodologia empregada divide os assuntos quanto a operacionalidade da corporação. Primeiramente os antecedentes históricos do Corpo de Bombeiros, através de levantamento e estudo bibliográfico. Demonstra por meio de mapas a distribuição das unidades e subunidades operacionais, bem como as circunscrições e concentração populacional. Na sequência um estudo do quadro de pessoal, levantando variáveis possíveis que comprometem o desenvolvimento organizacional. Quanto ao potencial operacional, a pesquisa levanta documentos administrativos e operacionais, indispensáveis à atividade finalística, como ocorrências e viaturas disponíveis. Dos recursos financeiros busca-se um demonstrativo do período 2006 e 2007, efetuando demonstração dos valores disponíveis, bem como seu potencial de investimento e melhorias alcançadas. Trata-se de um trabalho voltado para o interior da organização, através da consolidação de informações, favorecendo o planejamento institucional. Possibilita finalmente a busca de novas adequações na estrutura da Corporação, melhorias no atendimento e prepará-la para as novas transformações da sociedade moderna.

Palavras-chave: Perfil Planejamento Levantamento Organizacional.

LISTA DE MAPAS

MAPA 01	- ARTICULAÇÃO DO CB PARANÁ.....	45
MAPA 02	- LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES BM E BC NO PARANÁ.....	46
MAPA 03	- 1º GB - SEDE CURITIBA.....	48
MAPA 04	- 2º GB - SEDE PONTA GROSSA.....	49
MAPA 05	- 3º GB - SEDE LONDRINA.....	50
MAPA 06	- 4º GB - SEDE CASCAVEL.....	51
MAPA 07	- 5º GB - SEDE MARINGÁ.....	52
MAPA 08	- 6º GB - SEDE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	53
MAPA 09	- 1º SGBI - SEDE FOZ DO IGUAÇU.....	54
MAPA 10	- 2º SGBI - SEDE PARANAGUÁ.....	55
MAPA 11	- SIATE NO PARANÁ.....	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	OFICIAIS COMBATENTES DO CB/PMPR.....	58
QUADRO 02	OFICIAIS ADMINISTRATIVOS DO CB/PMPR.....	58
QUADRO 03	ALUNOS-OFFICIAIS-GUATUPÉ.....	59
QUADRO 04	DISTRIBUIÇÃO DE PRAÇAS COMBATENTE.....	60
QUADRO 05	DISTRIBUIÇÃO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS.....	60
QUADRO 06	OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CB EM 2006.....	61
QUADRO 07	OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CB EM 2007.....	62
QUADRO 08	DEMONSTRATIVO DE VIATURAS DO CCB/PMPR – 2007.....	62
QUADRO 09	DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA FUNREBOM-2006.....	64
QUADRO 10	DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA FUNREBOM – 2007..	64
QUADRO 11	DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA - FUNCIB-2006.....	66
QUADRO 12	DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA - FUNCIB-2007.....	66
QUADRO 13	DEMONSTRATIVO GERAL DE INVESTIMENTO DO FUNCIB....	67
QUADRO 14	DISTR. EFETIVO DEF. CIVIL/BOMB. COMUNITÁRIO-2007.....	71
QUADRO 15	DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DO SIATE – 2007.....	75

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO PR.....	38
TABELA 02	MUNICÍPIOS COM FRAÇÕES DE BOMBEIRO MILITAR.....	38
TABELA 03	MUNICÍPIOS COM FRAÇÕES DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	- Auto Ambulância
Abr.	- Abril
ABS	- Auto Busca e Salvamento
ABT	- Auto Bomba Tanque
AEM	- Auto Escada Mecânica
Ago.	- Agosto
AHQ	- Auto Hidro Químico
APC	- Auto Posto Comando
APM	- Auto Plataforma Mecânica
APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
AQ	- Auto Químico
AR	- Auto Rápido
Art.	- Artigo
ASA	- Auto Salvamento Aquático
Asp.-Of.	- Aspirante-a-Oficial
ASP	- Auto Salvamento e Proteção
Atend.	- Atendimento
ATM	- Auto Transporte de Material
ATP	- Auto Transporte de Pessoal
BM	- Bombeiro Militar
BM/1	- 1ª Seção do Estado Maior do CCB
BM/2	- 2ª Seção do Estado Maior do CCB
BM/3	- 3ª Seção do Estado Maior do CCB
BM/4	- 4ª Seção do Estado Maior do CCB
BM/5	- 5ª Seção do Estado Maior do CCB
BM/6	- 6ª Seção do Estado Maior do CCB
BM/7	- 7ª Seção do Estado Maior do CCB
BM/8	- 8ª Seção do Estado Maior do CCB
Cap.	- Capitão
Cel.	- Coronel
CB	- Corpo de Bombeiros
CCB	- Comando do Corpo de Bombeiros
CEI	- Centro de Ensino e Instrução

COBOM	- Centro de Operações Bombeiro Militar
Cond.	- Condutor
CSM/MOP	- Centro de Serviço e Manutenção de Materiais Operacionais
DAT	- Diretoria de Assuntos Estratégicos
DEAM	- Departamento de Administração de Materiais do PR
DECOM	- Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção
DAFIN	- Departamento de Administração Financeira
Dez.	- Dezembro
Dr.	- Doutor
Fev.	- Fevereiro
FUNCB	- Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros
FUNREBOM	- Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
GB	- Grupamento de Bombeiros
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	- Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INFRAERO	- Infra-estrutura Aeroportuária
IPPUC	- Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba
Jan.	- Janeiro
Jul.	- Julho
Jun.	- Junho
LOB	- Lei de Organização Básica da PMPR
M	- Moto
Mar.	- Março
N.º	- Número
Nov.	- Novembro
p.	- Página
OBM	- Organização Bombeiro Militar
Out.	- Outubro
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PR	- Paraná
QOBM	- Quadro de Oficiais Bombeiro Militar
QOPM	- Quadro de Oficiais Policial Militar
QPM	- Quadro de Praças Policial Militar
SAMU	- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Sto.	- Santo
SC	- Santa Catarina
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública

Set.	- Setembro
SGBI	- Subgrupamento de Bombeiros Independente
SIATE	- Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências
Sr.	- Senhor
Téc.	- Técnica
Ten.	- Tenente
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
Viat.	- Viatura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 Geral.....	16
1.3.2 Específicos.....	16
2 METODOLOGIA.....	17
3 SERVIÇO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	19
4 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CORPOS DE BOMBEIROS.....	21
4.1 O CORPO DE BOMBEIROS NO MUNDO.....	21
4.2 O CORPO DE BOMBEIROS NO BRASIL.....	22
4.3 O CORPO DE BOMBEIROS NO PARANA.....	23
4.4 SERVIÇO DE GUARDA-VIDAS NO PARANA.....	25
4.4.1 A Operação Verão no Paraná.....	26
4.5 SURGIMENTO DO FUNREBOM.....	27
4.6 SURGIMENTO DO FUNCB.....	29
4.7 SURGIMENTO DO SIATE.....	30
4.7.1 Desenvolvimento do SIATE.....	32
4.7.2 Atividades do SIATE.....	33
4.8 SURGIMENTO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO.....	34
5 ATUAL GERENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ....	36
5.1 O PAPEL DO CORPO DE BOMBEIROS NA COMUNIDADE.....	36
5.2 A SITUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DO PARANÁ....	37
6 A NOVA ESTRUTURA DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ.....	42
6.1 MISSÃO.....	42
6.1.1 Constituição Federal.....	42
6.1.2 Constituição Estadual.....	43
6.1.3 Lei Estadual n.º 6.774.....	44
6.1.4 Lei Estadual n.º 1.943.....	44

6.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ.....	45
6.3 NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	56
6.3.1 Lei Estadual n.º 14.851.....	56
6.3.2 As Novas Seções na Estrutura do Corpo de Bombeiros da PMPR.....	57
6.4 O NOVO QUADRO DE EFETIVO.....	58
6.4.1 Oficiais Combatentes e Oficiais Administrativos.....	58
6.4.2 Praças Especiais.....	59
6.4.3 Praças Combatentes e Especialistas.....	60
6.5 OCORRÊNCIAS ATENDIDAS.....	61
6.6 MATERIAIS DE BOMBEIRO.....	62
6.7 RECURSOS FINANCEIROS.....	64
6.7.1 Funrebom.....	64
6.7.2 Funcb.....	65
6.8 ESTRUTURA DA DEFESA CIVIL.....	68
6.8.1 Objetivos da Defesa Civil.....	68
6.8.2 Criação da BM/8.....	69
6.8.3 Bombeiro Comunitário.....	69
6.8.4 Coordenação Estadual e Regionais de Defesa Civil.....	72
6.9 SERVIÇO INTEGRADO DE ATEND. AO TRAUMA EM EMERGÊNCIAS.....	72
6.9.1 Objetivos do SIATE.....	74
6.9.2 Distribuição do Efetivo do SIATE.....	74
7 CONCLUSÃO E SUGESTÕES.....	76
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros está intrinsecamente ligado a todos os segmentos da comunidade, fazendo com que o seu rol de atividades evolua significativamente, além do grau de complexidade em função de inúmeras variáveis, tendentes a influenciar os resultados dos atendimentos disponibilizados. Exige-se a cada dia um comportamento voltado para o futuro, em que seja possível manter a qualidade dos serviços prestados à comunidade, com permanente avaliação da estrutura organizacional.

Como parte integrante dos três grandes comandos da Polícia Militar do Paraná, está diretamente subordinado ao Comandante Geral da PMPR e aos seus órgãos de direção, ficando todo planejamento da organização atrelada a um planejamento macro envolvendo a Polícia Militar de uma forma geral, engessando sobremaneira sua evolução através de situações mais específicas.

A corporação, apesar de características visuais idênticas a Polícia Militar, tem em sua doutrina operacional o grande marco que diferencia o seu emprego e comportamento junto à sociedade.

O controle sistemático do potencial operacional do Corpo de Bombeiros é uma atividade extremamente importante e necessária, a fim de fornecer subsídios ao comando, quando da elaboração dos projetos de curto, médio e longo prazo.

Recolher as informações, selecionar e classificar os dados levantados possibilita fazer uma análise do Perfil Gerencial do Corpo de Bombeiros, que servirá de base para a elaboração de futuros projetos administrativos e operacionais.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Ao criar-se uma nova estrutura, mais voltada para a atividade fim, tende-se a produzir uma melhoria na qualidade dos serviços prestados, com intuito de garantir a eficácia na resolução de suas questões, focando exclusivamente a missão institucional.

Diante desse quadro, a corporação passou a ter uma independência operacional em relação a PMPR, mas continua ligada institucionalmente através de uma linha hierárquica.

O Corpo de Bombeiros, em função da necessidade de expandir seus serviços, dentro do território paranaense, buscou através de parcerias com os municípios, desenvolver um projeto voltado para a sustentação financeira, a fim de garantir as operações das frações interiorizadas.

O processo de expansão dos serviços e a conseqüente parceria criaram dificuldades na gestão dos recursos financeiros, pois ficava à disposição dos municípios tanto a elaboração da proposta orçamentária como a aplicação dos recursos, os quais muitas vezes não seguiam as diretrizes do Comando do Corpo de Bombeiros.

Estes fatores fizeram com que se implementasse uma reestruturação nos fundos municipais, retirando do FUNREBOM a taxa de vistoria e implementando-a como parte integrante da arrecadação do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros - FUNCB.

Estas dificuldades provenientes da escassez de recursos do Estado propiciaram ao governo criar uma nova modalidade de atendimento dos serviços de bombeiro à comunidade, vinculada a estrutura da Defesa Civil, denominada de Programa Bombeiro Comunitário, que é operacionalizado e fiscalizado pelo Corpo de Bombeiros Militar e executado por servidores civis vinculados aos municípios.

As estatísticas vêm indicando um crescimento acentuado nas ocorrências de bombeiros, em contrapartida está ocorrendo uma baixa no efetivo com a passagem para a reserva remunerada dos integrantes que contam com 25 anos de serviço. Para fazer frente a essa demanda, é de fundamental importância uma reestruturação no quadro de pessoal. Para tanto ocorre a necessidade urgente de medidas

inteligentes na busca constante de parcerias que proporcionem um reacompanhamento imediato do efetivo sem onerar demasiadamente o tesouro estadual.

Há a necessidade de estabelecer um comparativo entre o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros antes e depois da Lei n 14.851, de 07 de outubro de 2005, objetivando o planejamento e a reposição, tendo em vista a passagem para a reserva remunerada proporcional estar ocorrendo em larga escala.

A elaboração de um quadro que demonstre a ocupação geográfica das frações bombeiro militares e comunitárias, dentro do Estado do Paraná, é importante para verificar qual a população atendida e os meios disponibilizados, servindo de instrumento de diagnóstico para avaliar a instituição e o ambiente.

Diante dos problemas e fatos, acima relatados, fazendo-se uma análise do perfil gerencial, teria a corporação capacidade de garantir o desenvolvimento institucional e a melhoria no atendimento efetivo prestado a comunidade?

1.2 JUSTIFICATIVA

O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná é uma instituição com 95 anos de serviços prestados à comunidade paranaense, nas áreas de manutenção da tranquilidade e salubridade pública. Desde a sua criação, sempre se preocupou em manter o grande respeito pelo qual a população o conhece e admira. Dentre estes serviços pode-se destacar, conforme preceitua a Constituição Federal, a prevenção e combate a incêndios, realização de atividades de busca e salvamento, atividades de defesa civil e, mais recentemente, a realização das atividades de atendimento pré-hospitalar a vítimas de trauma.

É uma instituição organizada com base na hierarquia e disciplina, devendo seus homens e mulheres seguir as regras conforme regulamento disciplinar próprio, bem como estarem sujeitos a responder por seus atos perante a justiça militar estadual.

O ingresso na Corporação é realizado por concurso público, sendo que há duas formas de ingresso, uma através de concurso para soldados no qual se exige escolaridade mínima 2º grau, e a outra através da Escola de Formação de Oficiais,

em que se exige a aprovação em concurso vestibular realizado pela Universidade Federal do Paraná.

O Corpo de Bombeiros com suas frações militares está distribuído em pouco mais de 12% do total de municípios do Estado do Paraná, ou seja, somente em 47 (quarenta e sete) cidades, sendo ainda muito grande sua necessidade de crescimento, diante do desenvolvimento que ocorre no Estado. Para tanto se optou em incentivar a implantação de postos de bombeiro comunitário em mais 50 municípios, levando assim os serviços de bombeiro a quase 100 cidades, o que representa cerca de 25 % do total de municípios.

Conhecer a real situação da mesma, principalmente em termos de atendimento emergencial à população, verificando suas condições de pessoal, de atendimento, estrutura, material e de recursos empregados na consecução de suas atividades, representa uma contribuição relevante para a melhoria dos serviços prestados a toda comunidade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o Perfil Gerencial do Corpo de Bombeiros do Paraná, sob enfoque de pessoal, ocorrências atendidas, distribuição geográfica, estrutura e de aplicação de recursos na corporação.

1.3.2 Específicos

- realizar um comparativo entre o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros antes e após a edição da Lei nº 14.851, de 07 de outubro de 2005;
- comparar o número de ocorrências atendidas pela Corporação;

- elaborar um demonstrativo da ocupação geográfica das frações de bombeiros, dentro do Estado do Paraná, a população atendida e os meios disponíveis;
- verificar a aplicação de recursos dentro da corporação a partir das diferentes fontes financeiras.

2 METODOLOGIA

Por questões didáticas, os assuntos tratados estão divididos, utilizando-se critérios de caráter funcional e organizacional, apesar de estarem inter-relacionados quanto a operacionalidade da corporação.

Primeiramente, realizam-se comentários sobre o serviço público e a administração pública, verificando na seqüência os antecedentes históricos do Corpo de Bombeiros, a partir de levantamentos e estudos bibliográficos, objetivando passar uma visão geral e evolutiva da organização.

Em seguida verificam-se os aspectos atuais e estruturais da Corporação, onde há um levantamento da área de atuação das unidades e subunidades operacionais no Estado do Paraná, suas missões, bem como sua articulação e concentração populacional, avaliando a população atendida pelos serviços de emergência, quer na forma de unidades militares ou comunitárias.

Procede-se uma pesquisa, utilizando-se relatórios de pessoal obtidos junto à 1ª Seção do Estado Maior do Corpo de Bombeiros, para o levantamento dos quadros organizacionais da Corporação e sua real situação.

Através do levantamento de relatórios da 3ª Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros, pode-se realizar comparativo do potencial de atendimentos prestados a população nos últimos dois anos, com a conseqüente comparação do número de ocorrências.

Quanto ao potencial operacional, a pesquisa realiza levantamento do material operacional de bombeiro, junto à 4ª Seção do Estado Maior do CB, com ênfase nas viaturas operacionais.

Como os Fundos (FUNCB e FUNREBOM) exercem um papel de suma importância, é indispensável tecer considerações sobre os seus desempenhos,

como instrumentos de manutenção dos serviços em função da captação de recursos financeiros junto às comunidades, bem como um demonstrativo dos investimentos já realizados no período consultado principalmente em termos de FUNCB.

Com a nova estrutura do Corpo de Bombeiros da PMPR, editada através da Lei Estadual nº 14.851 em 07 de outubro de 2005, a qual implementou o Bombeiro Comunitário/Defesa Civil e o SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências) nos municípios, houve a necessidade de regulamentar os serviços a serem desenvolvidos, bem como as funções e atribuições de cada nova seção de Estado Maior e os municípios que seriam atendidos tanto pelo projeto do Bombeiro Comunitário como pela expansão do SIATE.

Além disso, busca-se evidenciar os quadros gerenciais de cada seção em todo o Estado, os custos de implementação e as coordenadorias regionais as quais são responsáveis pelo gerenciamento das novas atividades dentro de cada área de articulação.

Esta pesquisa é feita junto ao Comando do Corpo de Bombeiros, buscando as informações dos diversos setores do Estado Maior da Corporação, através de relatórios, estatísticas e gráficos, observando os números dos anos de 2006 e 2007.

A revisão teórica é baseada nas diversas legislações em nível federal, estadual e das relacionadas à Corporação, bem como de outros trabalhos de estudiosos da área.

3 SERVIÇO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Kohama (1993, p.18), serviço público “é o conjunto de atividades e bens exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem estar social”.

Considera-se serviço público como sendo a obrigação do Estado em harmonizar as atividades e serviços realizados por ele tendo como objetivo primordial o bem-estar social. O bem comum deve ser o foco do serviço público, para tanto, utiliza-se de entidades prestadoras de serviços e de utilidade pública.

As entidades prestadoras de serviço público são consideradas como sendo aquelas privativas do Estado, onde tudo é centralizado pela mesma possuindo competência exclusiva para realizar estes tipos de serviço. Pode-se citar como exemplo o serviço de prevenção, combate a incêndios e salvamentos, que é um serviço público de competência exclusiva do Estado.

As entidades prestadoras de serviço de utilidade pública são aquelas que receberam delegação do Estado para em seu nome executar determinadas atividades. Os serviços de utilidade pública preocupam-se com a comodidade, conforto e bem-estar da coletividade.

Administração Pública, segundo Mello (1979, p.3), é “gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço, executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil” .

Para Meirelles (1984, p.56), “Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, pré-ordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Observa-se, portanto, que os serviços públicos são executados pela Administração Pública, quer diretamente ou por delegação. Ao Estado compete organizar e fazer funcionar os serviços públicos. Ele é obrigado a perseguir o bem-estar social. Na administração pública não há liberdade pessoal, sendo permitido fazer só o que a lei autoriza.

Para Kohama (1993, p.31), “A administração pública, como todas as organizações administrativas, é baseada numa estrutura hierarquizada com graduação de autoridade, correspondente às diversas categorias funcionais”.

A subordinação limita-se ao poder que está diretamente relacionado, seja na União, Estados ou Municípios.

O campo de atuação da Administração Pública, para a organização é a execução dos serviços, compreendendo os órgãos da Administração Direta ou Centralizada e os da Administração Indireta ou Descentralizada.

A legislação federal sobre o assunto, ou seja, o decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, que dispõe sobre a Organização da Administração Federal, diz que ela compreende a administração direta e a administração indireta.

A administração direta ou centralizada, segundo Kohama (1993, p.33) “é a constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, no âmbito federal, e do Gabinete do Governador e Secretarias de Estado no âmbito estadual e na administração municipal com estrutura semelhante”.

Os serviços prestados pelas diversas unidades da administração direta ou centralizada em função da existência de uma hierarquia estão integrados e ligados, no seu ponto mais alto, diretamente ao chefe do Poder Executivo.

A administração indireta ou descentralizada é a atividade administrativa caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do Estado, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada, sendo que o desempenho da atividade pública é exercido de forma descentralizada, por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, que no caso proporcionam ao Estado a satisfação de seus fins administrativos.

Dentre as entidades que compõem a chamada administração indireta ou descentralizada, o Estado pode utilizar-se de instituições com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, dependendo dos serviços que pretende transferir, quer por força de contingência ou de conveniência administrativa.

Não fora desta realidade do serviço público, o Corpo de Bombeiros como parte integrante da Administração Pública, utiliza e se engloba em muitos destes conceitos aqui relatados dentro da visão que este serviço desenvolvido pela corporação é um dever do Estado, o qual é responsável de um modo geral pela segurança dos cidadãos.

4 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CORPOS DE BOMBEIROS

4.1 O CORPO DE BOMBEIROS NO MUNDO

A evolução histórica demonstra claramente que desde o surgimento do homem na face da terra, iniciou-se uma luta infindável pela sobrevivência, que sempre foi ameaçada pelas adversidades, obrigando as pessoas e as pequenas comunidades a se cotizarem com o propósito de enfrentar os animais, a fome, os incêndios, as secas e as inundações.

Os mais diversos exemplos podem ser encontrados nas civilizações antigas, em que os recursos para garantir a continuidade da espécie e proteção do patrimônio eram buscados no próprio meio em que viviam.

Os exércitos estavam preparados para combater o inimigo, mas a população civil não empenhada na luta era relegada a um segundo plano, ficando totalmente desprotegida. Naquela época, não haviam sistemas organizados pelo Poder Público, a fim de atender à sociedade, com o objetivo de fazer frente às catástrofes criadas pelos homens e pela natureza.

Somente mais tarde, já na Idade Média, é que os franceses organizaram um sistema de combate ao fogo, que era o maior inimigo das grandes cidades.

A rápida evolução da sociedade e o vertiginoso progresso nas áreas tecnológica, industrial e urbanização, contribuíram para as crescentes e insaciáveis necessidades do homem, tornando o mundo moderno palco de múltiplas adversidades, como os incêndios em edifícios, acidentes de trânsito e de radioatividade.

Essas adversidades, que antes eram raras, tornaram-se uma realidade diária, despertando sentimentos de solidariedade e mudando o juízo de valor da sociedade, a qual passou a se preocupar mais com a vida, com a integridade física e com o bem-estar de cada um.

Pensando nisso, a maioria das comunidades do Continente Europeu desenvolveram vários sistemas de defesa, dos quais podem ser citados os corpos de bombeiros associativos, os corpos de bombeiros voluntários, além de outros sistemas.

4.2 O CORPO DE BOMBEIROS NO BRASIL

No Brasil, o Corpo de Bombeiros foi organizado em dois de julho de 1856, pelo Decreto Imperial nº 1.775, com o nome de Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, no Rio de Janeiro. Por esse Decreto, assinado por Sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II, foram reunidas as seções de bombeiros que então existiam para o serviço de extinção de incêndios na Casa do Trem (Arsenal de Guerra).

Embora fosse um estabelecimento militar, cumpria-lhe, a princípio, orientar os serviços de socorros em casos de incêndios, cabendo à sua equipe técnica a supervisão dos trabalhos de salvamento e extinção do fogo, que era realizado desordenadamente no Arsenal da Marinha, estabelecendo-se, extra-oficialmente, um serviço contra incêndio.

Passou a existir, na época, um núcleo com responsabilidade, no combate a incêndio, dispondo de uma aparelhagem rudimentar, não mais se mobilizando desordenadamente para a prestação de socorro. Aos poucos, com os progressos de que se beneficiava o Rio de Janeiro, o núcleo oficial do seu Corpo de Bombeiros, organizava-se.

Os arsenais já não eram os únicos que cuidavam dos incêndios na cidade, embora possuísem bombas e pessoal mais especializado, pois contavam ainda com a colaboração da Repartição de Obras Públicas e de um serviço que funcionava na Casa de Correção, onde 60 africanos livres já estavam acostumados aos misteres de bombeiros, perfazendo naquele Corpo de Bombeiros um total de 130 homens.

Naquele tempo, o sinal de fogo era dado por tiros de peças de artilharia de grosso calibre, do Morro do Castelo, sinal que era em seguida confirmado pelo toque convencionado do sino da Igreja de São Francisco de Paula, indicando o lugar do sinistro. Içava-se uma bandeira vermelha no mastro principal do Castelo, erguido para esse fim ou, se à noite, uma lanterna vermelha.

O comandante, quando comparecia, acrescentava à sua farda uma faixa a tiracolo, amarela no centro e vermelha nos lados, e no capacete colocava um vistoso penacho vermelho.

Em 1880, passou a organização a ter um status de militar, sendo concedidos postos e insígnias da hierarquia militar aos seus componentes.

4.3 O CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ

A origem do Corpo de Bombeiros do Paraná, fundado pelo então presidente da Província Paranaense, Carlos Cavalcanti, é antiga. No entanto, poucos documentos existem a esse respeito, a não ser alguns feitos na época e que se encontram no museu da corporação.

Os serviços contra incêndios tiveram início em Curitiba, a partir de uma Sociedade de Bombeiros Voluntários, do tipo ainda existente em Joinville. Era Sociedade Teuto-brasileira de Bombeiros Voluntários, fundada em 1882, a qual visava satisfazer a necessidade do meio curitibano, pois os reduzidos recursos financeiros não permitiam aos governos do Estado e do município organizarem departamentos contra o fogo para manter a corporação de bombeiros.

Finalmente, em 1912, foi criado o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, sendo que no mesmo ano fundava-se a Universidade Federal do Paraná. Na época, o presidente da Província, Carlos Cavalcanti, apresentou ao Congresso Legislativo do Estado um pedido de crédito necessário à criação de um Corpo de Bombeiros na capital.

A simpática associação, por disposições estatutárias, destinava-se a oferecer voluntariamente e na possibilidade dos seus recursos os meios para extinção de incêndios, evitar sua propagação aos prédios vizinhos e promover a salvação física e material dos que fossem vitimados por esse elemento destruidor que é o fogo.

Organizou-se pela sanção da Lei nº 1.133, de 23 de março de 1912, a tão esperada organização, ficando equiparados os postos dos seus componentes, na plenitude de direitos, honras, prerrogativas e vantagens, aos equivalentes do Regimento de Segurança, atualmente a Polícia Militar do Paraná.

Tem o seguinte teor a Lei orgânica a do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

Lei nº 1.133, de 23 março de 1.912.

Art. 1º - Fica criado, na Capital do Estado, um Corpo de Bombeiros, sob as bases adiante estabelecidas.

a) O Corpo de Bombeiros disporá do pessoal imprescindível a sua organização e funcionamento.

b) Do trem rodante, aparelhos, ferramentas e acessórios precisos aos seus trabalhos.

- c) Do número necessário de muares para o serviço de tração.
 - d) De um quartel central, sede da administração, dotado de todas as acomodações e dependências apropriadas ao aquartelamento do pessoal, guarda e conservação do material e tratamento dos animais destinados aos serviços.
 - e) Do número de estações e postos que se tornarem precisos, conforme o desenvolvimento das zonas urbanas e suburbanas.
 - f) Dos aparelhos necessários à ligação da estação central aos demais postos avisadores de incêndio que forem estabelecidos.
- Art.2º - O Estado efetivo do Corpo será anualmente fixado pelo Congresso do Estado, na lei de fixação de força, salvo o quadro de Oficiais que somente poderá ser alterado por lei de caráter permanente.
- Art.3º - O pessoal do Corpo será distribuído por um Estado Maior, outro Menos e duas Campanhas.
- § 1º - Do Estado Maior farão parte: o Major Comandante o Capitão Assistente, o Alferes Quartel Mestre e o Alferes Secretário.

As atividades do Corpo de Bombeiros do Paraná foram marcadas pela leitura da ordem do dia, em 08 de outubro de 1912, baixada pelo Major Fabriciano do Rego Barros, comandante que declarava dar início à organização.

Ficou dito que a organização inicial do Corpo de Bombeiros do Paraná teria um caráter rigorosamente militar e possuiria autonomia completa. Um Estado-Maior, duas Companhias e dois Estados-Menores formavam o Corpo de Bombeiros em 1912.

Foi incorporado à Força Militar em virtude da disposição do artigo 7º, da Lei nº 1.761, de 17 de março de 1917, por Decreto nº 473, de 09 de julho do mesmo ano; com a organização da Companhia de Bombeiros e Pontoneiros, voltou ao caráter independente, com a constituição de Corpo, com duas Companhias na Lei nº 2.517, de 30 de março de 1928, e foi desanexado pelo Decreto nº 324, de 10 de abril deste último ano. Ainda em 1928, pelo Decreto nº 666, de 21 de maio, tomou nova organização, com Estado-Maior, Estado-Menor e duas Companhias.

Novamente incorporado à Força Militar, para fins militares, em 02 de junho de 1931, passou a fazer parte integrante, como Batalhão de Sapadores-Bombeiros, com as partes administrativas e técnicas independentes do comando geral. Desligados pelo Decreto nº 134, de 15 de janeiro de 1932, voltaram à denominação de Corpo de Bombeiros por força das disposições do artigo 2º, do Decreto nº 452, de 24 de fevereiro do mesmo ano.

O Decreto nº 86 de 18 de janeiro de 1934 dispôs que a Corporação de Bombeiros continuaria o seu caráter de isolada, ficando seus elementos sujeitos à Justiça Militar da Força e sendo reduzidas a uma companhia, vedadas às transferências entre uma e outra corporação.

Foi excluído do acordo que o Estado firmou com a União em 15 de fevereiro de 1934, não sendo, assim, considerado como Força Auxiliar do Exército. Passou à administração do município da capital pelo artigo 4º da Lei nº 73, de 14 de dezembro de 1936. Reverteu à administração do Estado, continuando independente com seu quadro de oficiais da força, em comissão, pelo Decreto nº 8.713, 08 de outubro de 1938.

Pela Lei nº 155, de 25 de novembro de 1938, foi reincorporado à Polícia Militar, com a denominação de Companhia de Bombeiros e Organização de Companhia de Fuzileiros, gozando de autonomia administrativa para aplicação dos meios que lhe fossem atribuídos no orçamento do Estado e de ampla liberdade de ação quanto à parte técnica. Finalmente em 1953 ganhou a designação a qual mantém até os tempos atuais que é a de Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

4.4 SERVIÇO DE GUARDA-VIDAS NO PARANÁ

O serviço de guarda-vidas no Paraná começou na cidade de Matinhos, no ano de 1954, quando era governador do Estado do Paraná o Dr Bento Munhoz da Rocha Neto e o Secretario do Interior e Justiça o Dr. Renato Valente, o qual fez a nomeação do pessoal. O encarregado da fiscalização dos novos guarda-vidas foi o Sr Albano Muller, então Juiz de Paz de Matinhos. O cargo não era remunerado e os meios para o bom andamento do serviço dos guarda-vidas eram providenciados pelo Sr Albano.

No ano da inauguração dos serviços (1954) o pessoal recrutado foi responsável em prover a segurança dos veranistas, permanecendo assim durante as temporadas seguintes.

O pessoal civil trabalhou cerca de seis anos, sendo que somente na temporada de 1960/1961, foi que os primeiros guarda-vidas do Corpo de Bombeiros, formados no Rio de Janeiro, chegaram ao litoral do Estado, para efetuar o trabalho de guarda-vidas.

4.4.1 A Operação Verão no Paraná

O serviço de guarda-vidas no litoral Paranaense, realizado pelo Corpo de Bombeiros, começou no ano de 1960, com a chegada do Sargento Nelson Cordeiro, Cabo Florzico e o Soldado Otacílio, pessoal este que havia realizado um curso de formação de guarda-vidas no Rio de Janeiro.

Sem ter o local estruturado para ficar, foi alojado no então Hotel São José, na cidade de Matinhos, sendo posteriormente recolhidos para Curitiba.

O serviço de guarda-vidas realizado de temporada em temporada começou efetivamente no verão de 1962, sendo que desde então o litoral paranaense permanece sem ser desguarnecido.

Do ano de 1964 em diante, ficou um efetivo destacado permanentemente na cidade de Matinhos, sendo que o Corpo de Bombeiros por não possuir instalações próprias, obrigava seu pessoal, após a realização do serviço, a retornar as suas casas.

A primeira temporada foi comandada pelo então Tenente Almir Moreira e teve como integrantes os seguintes militares: Subtenente Alceu Gonçalves, Sargento Aldonir Célio Soares, Sargento Nelson Cordeiro, Sargento Muniz Rosa Cardoso, Cabo Vicente Carvalho, Soldados Idevaldo de Paula Cunha, Izaul de Camargo, Leonel dos Santos Vaz e Pedro Pacheco. Na época o pessoal ficou alojado na Escola Municipal de Matinhos.

Posteriormente, a sede do Destacamento de Bombeiros ficou localizada em Guaratuba, em instalações próprias as quais foram doadas ao Corpo de Bombeiros, ficando então concentrado em Guaratuba todo efetivo da Operação Verão, o qual era enviado diariamente aos balneários de Caiobá, Banestado, San Marino, Praia Club, Praia de Leste e Pontal do Sul.

Ao desencadear a Operação Verão, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar busca proteger o ser humano naquilo que lhe é mais precioso, a vida. Mas para alcançar tal objetivo, faz-se necessário que várias medidas sejam tomadas, como deslocamento de efetivos de várias partes do Estado, bem como apoio logístico, materiais de bombeiro, alimentação, serviço médico e recursos financeiros.

Para que a Operação atinja a sua eficácia, não basta que o guarda-vidas esteja no seu posto a advertir este ou aquele banhista incauto ou mais afoito que se

lança às águas, achando que está numa lagoa, ignorando os perigos do mar, pois é necessário muito treinamento em instruções diárias do efetivo de guarda-vidas, para que possam fazer frente ao salvamento de pessoas.

Além das atividades desenvolvidas pelos guarda-vidas ao longo do nosso litoral, outras atividades são desenvolvidas como o atendimento pré-hospitalar, a prevenção e o combate a incêndios, bem como o atendimento e resgate a vítimas de acidentes automobilísticos.

4.5 SURGIMENTO DO FUNREBOM

O Corpo de Bombeiros, até o ano de 1972, estava instalado na capital do Estado e nas principais cidades do interior. Não existia até então uma política de expansão, pois as unidades eram mantidas pelo Estado e pelo município sede.

A partir do ano de 1972, o Tribunal de Contas do Estado passou a dar um novo entendimento às prestações de contas dos municípios, inclusive rejeitando as que apresentavam recursos aplicados em órgãos que não possuíam vínculo administrativo-financeiro, com o orçamento municipal. Com isso as prefeituras cortaram todos os investimentos destinados à manutenção e funcionamento dos quartéis de Bombeiros.

Com esse entrave administrativo, os Corpos de Bombeiros interiorizados passaram por sua pior fase, chegando a ponto de não realizar nenhum investimento durante o ano de 1973.

Esta situação caótica levou o Comando do Corpo de Bombeiros a se mobilizar na procura de um meio alternativo, visando à retomada do crescimento, através de recursos oriundos da própria população, onde se encontrava sediada a Unidade Bombeiro Militar.

Inspirado no FUNRESTRAN e no FUNRESPOL, o Coronel ALTEVIR LOPES tentou a criação de um fundo em nível estadual, que foi inviabilizado em razão da dúvida sobre a constitucionalidade em virtude dos fundos já existentes.

Foi então que encontrou na pessoa de LUIZ GONZAGA PINTO e ARIQUEMIS CARLOS GOBBO, prefeito e assessor de planejamento de Ponta Grossa, respectivamente, a boa vontade de se fazer um ensaio.

Passou-se então em 1973, a elaboração de uma legislação municipal, baseada em três leis básicas, a qual visava atender a necessidade da unidade bombeiro militar ali instalada.

A primeira autorizava o Chefe do Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado do Paraná, onde o Município forneceria os equipamentos e manutenção da Unidade Bombeiro Militar ali instalada e em contrapartida o Estado entraria com o pessoal necessário.

A segunda criava a taxa de combate a incêndio que iria incidir sobre todos os imóveis construídos dentro do perímetro urbano, tendo como fato gerador o serviço de combate a incêndio colocado à disposição do contribuinte.

A terceira criava a taxa de vistoria e segurança contra incêndios, incidente sobre o comércio, indústria, prestadores de serviços e edifícios com mais de 03 pavimentos, tendo como fato gerador a vistoria realizada nos estabelecimentos, fundado no poder de polícia.

Criado então o convênio e os mecanismos de arrecadação fez-se necessário à criação de um fundo, visando ao gerenciamento dos recursos, que só foi possível através de uma quarta lei, onde se criava o FUNREBOM - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

Após a criação dessa nova estrutura mantenedora dos serviços do Corpo de Bombeiros, submeteu-se então a apreciação do Tribunal de Contas do Estado, visando sua legalidade orçamentaria, sendo emitido parecer favorável.

Em outubro de 1973, o Cel. ALTEVIR LOPES, designou o então Cap EDSON FOLTRAN POMBO, para viabilizar a implantação do FUNREBOM no município de Ponta Grossa, a fim de iniciar a arrecadação e funcionamento a partir de 1974.

No final do exercício de 1974, através de uma análise minuciosa, concluiu-se que o FUNREBOM apresentava-se como um meio alternativo e viável, atendendo perfeitamente as expectativas que até então não passavam de projetos.

Com esse trabalho o Corpo de Bombeiros do Paraná passou a ter no FUNREBOM, um instrumento que significou a redenção das unidades interiorizadas, favorecendo assim a implantação dos serviços de bombeiros em novas cidades, não só a nível estadual, mas também em outros estados da federação.

Quase trinta e cinco anos se passaram e saiu-se de uma era mecânica e passou-se para a era dos computadores, da globalização e da informação em tempo

real, e o FUNREBOM permaneceu sem modificações, sendo o maior responsável pela evolução administrativa e tecnológica do Corpo de Bombeiros, principalmente em termos de modernização de equipamentos, viaturas e edificações.

A expansão dos serviços de bombeiro, através da descentralização, só foi possível graças ao suporte financeiro proporcionado pelo FUNREBOM.

4.6 SURGIMENTO DO FUNCB

O FUNCB (Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros) nasceu de uma necessidade de recursos para programar as ações de bombeiros no Estado. Durante o ano de 2.002, o orçamento do Estado para as atividades do Corpo de Bombeiros, atendia apenas a manutenção com água, luz, e telefone dos quartéis de Curitiba, não possuindo recursos para programar outros investimentos como materiais e equipamentos de bombeiros e tampouco para atender as necessidades de ressarcimento de despesas de viagem e alimentação para a tropa.

Na época, mês de outubro de 2.002, o chefe da consultoria jurídica, Tenente Coronel Jurandi André, foi a Assembléia Legislativa, onde o orçamento estadual já se encontrava para aprovação, tentar algumas emendas, visando majorar os recursos. Apresentou sete emendas, mas a Comissão de Orçamento informou não poder ampliar os recursos para o valor desejado.

Com poucas esperanças de receber estes recursos, solicitou a comissão se aprovariam uma lei estadual, criando um fundo específico para o Corpo de Bombeiros. Desta forma não seria necessário cancelar recursos de outros órgãos, pois a corporação teria recursos novos, sendo a proposta aprovada, bem como concederam 48 horas para que a Corporação apresentasse o projeto.

Com a possibilidade da lei do fundo ser aprovada, a Consultoria Jurídica da Corporação, elaborou o projeto de lei com a devida justificativa no prazo de 24 horas encaminhando-o ao Deputado Estadual Nereu Moura, o qual apresentou a proposta de lei, recebendo as assinaturas necessárias e os pareceres favoráveis das comissões de constituição e justiça e de finanças, sendo aprovada e sancionada pelo governo.

Em 2002, através da Lei Estadual nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, o FUNCB, foi criado com a finalidade de prover recursos para aplicação em despesas correntes e de capital nas ações administrativas e operacionais de bombeiro, prevista na lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e em convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Para que se efetivasse o Fundo faltava a sua regulamentação a qual veio a ocorrer em abril de 2003, através do Decreto 1029 assinado pelo Governador Roberto Requião.

A arrecadação do FUNCB teve início em maio de 2003, sendo efetivamente utilizada a partir do ano seguinte, devido ao fato que o citado fundo foi dotado de uma personalidade jurídica bem como de contabilidade própria, fator este que o levou a efetivamente realizar os primeiros investimentos na Corporação a partir do ano de 2004.

Hoje o FUNCB é o principal responsável pelos grandes investimentos em custeio e capital que a instituição realiza em todas as suas unidades, em prol da manutenção da tranquilidade e salubridade pública de toda a sociedade paranaense.

4.7 SURGIMENTO DO SIATE

O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências – SIATE, teve seu primeiro movimento desencadeado por uma decisão interministerial de maio de 1987, segundo a qual um sistema de atendimento de emergência em nível pré-hospitalar, destinado a socorrer vítimas de acidentes de trânsito, seria implantado em curto prazo na cidade de Curitiba, destinado a funcionar como um modelo a ser reproduzido no resto do país.

Dois técnicos do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) realizaram os estudos preliminares, concluíram um diagnóstico de demanda e, em conjunto com o médico designado em portaria interministerial para o projeto, desenharam um modelo adequado à realidade que se pretendia modificar. O projeto piloto então elaborado mereceu aprovação em dezembro de 1987 e deu origem a termos aditivos ao convênio do Sistema Único e Descentralizado de Saúde, então vigente entre os Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde e o

Governo do Estado do Paraná. Os termos aditivos repassavam recursos específicos à concretização do projeto.

Em março de 1988, uma portaria da Secretaria de Estado da Saúde constituiu uma comissão destinada a implantar o projeto piloto. Determinados com a implantação da proposta, o grupo passou a catalisar a aproximação das instituições que, em 29 de março de 1990, assinaram um convênio de cooperação técnica destinado a implantar um serviço de atendimento pré-hospitalar, inicialmente voltado ao atendimento de vítimas de traumas e a princípio limitado à cidade de Curitiba, porém com ambição de atingir todo o estado do Paraná e abranger outras emergências médicas.

Assinaram o convênio de implantação do SIATE a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal de Saúde e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC. Outras instituições alinharam-se de imediato à iniciativa: o antigo escritório regional do INAMPS, qualificado como representante do Ministério da Saúde; a Universidade Federal do Paraná, através do Hospital de Clínicas; a Universidade Católica do Paraná, através de sua Secretaria Geral; e a Associação Brasileira dos Companheiros das Américas, através do Comitê Paraná-Ohio.

Segundo o convênio, as instituições signatárias comprometiam-se a realizar investimentos destinados a implantar um serviço de atendimento pré-hospitalar, integrado a uma rede hospitalar hierarquizada segundo sua capacidade de atendimento. Coube à Secretaria de Estado da Saúde contratar os médicos destinados a compor o corpo clínico do serviço; à Secretaria de Estado da Segurança Pública, oferecer os socorristas selecionados e treinados dentre os militares do Corpo de Bombeiros, para compor a principal força de trabalho na equipe multiprofissional; à Secretaria Municipal de Saúde coube o custeio operacional do serviço.

As mesmas instituições ofereceram técnicos destinados a planejar e implantar a organização institucional, garantir o desenvolvimento de recursos humanos, captar e convergir recursos materiais e assegurar a operação do serviço de acordo com padrões de qualidade, controle e avaliação. O grupo de técnicos que assumiu estas funções passou a integrar a Secretaria Técnica do SIATE.

As signatárias também designaram representante formal que passaram a constituir o Conselho Diretor do sistema que, em sua primeira reunião, realizada em abril de 1990, aprovou o seu regulamento.

Os equipamentos assistenciais utilizados pelo SIATE foram adquiridos com recursos oriundos principalmente do Ministério da Saúde, a maior parte deles como parte integrante dos veículos de emergência. A Pró-saúde I, plano de investimento do Ministério da saúde em 1991, locou recursos para aquisição de materiais destinados ao desenvolvimento de recursos humanos e de equipamentos de microinformática necessários ao sistema de informações epidemiológicas e gerenciais.

A primeira remessa foi feita a título de doação pela Secretaria de Estado da Saúde. A partir daí, o fornecimento rotineiro passou a ser competência da Secretaria Municipal de Saúde, que também financia o combustível e a manutenção dos veículos e equipamentos.

4.7.1 Desenvolvimento do SIATE

Em 1989, o Comitê Paraná-Ohio e o Ministério da Saúde viabilizaram a vinda de um casal de paramédicos da cidade de Cleveland, Ohio, para formar o primeiro grupo de instrutores de socorristas. Este grupo participou da formação da primeira turma de bombeiros, naquele mesmo ano. Desde então, a cada ano, uma nova turma é preparada e posta em atividade nas ambulâncias do serviço. A UFPR e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná têm participado efetivamente nas atividades de formação e educação continuada dos socorristas.

Com um corpo clínico composto por 10 médicos contratados pela Secretaria de Estado da Saúde e bombeiros socorristas em número suficiente para guarnecer duas ambulâncias avançadas e quatro veículos leves, distribuídos em 05 postos do Corpo de Bombeiros, o serviço de atendimento pré-hospitalar foi ativado em maio de 1990, em caráter experimental, sem divulgação à comunidade. Desejava-se vê-lo em operação, porém em condições de baixa demanda, garantindo-se maior possibilidade de controle e contorno de eventuais dificuldades. Em maio de 1991, já

com um volume de 1.041 atendimentos realizados, o serviço foi divulgado à população.

O corpo clínico constituído logo se mostrou insuficiente para a cobertura assistencial desejada. Inicialmente, esperava-se que um único médico de plantão na central de operações pudesse presidir à triagem dos chamados, darem supervisão à distância aos socorristas em campo e, ainda, deslocar-se até a cena do atendimento, quando imperioso. A experiência demonstrou que um segundo médico era necessário a cada período de plantão, ativo em campo, supervisionando os socorristas e participando do atendimento às vítimas que demandam procedimentos invasivos, reservados ao profissional médico. A ampliação do corpo clínico foi efetivada em julho de 1992 pelo Governo do Estado do Paraná, que contratou nove médicos, cuja incorporação levou o serviço à feição tecnicamente desejável.

4.7.2 Atividades do SIATE

Dentre as emergências médicas, tem merecido especial atenção o trauma, pela sua epidemiologia assustadora, pela elevada mortalidade e morbidade, pela potencial reversibilidade de seus efeitos com atendimento adequado. O trauma já é a segunda causa geral de mortalidade, antecedido apenas pelas doenças cardiovasculares, passando a ocupar a posição de primeira causa de morte na faixa etária de 5 a 40 anos, chegando a responder por metade das mortes ocorridas entre 1 e 15 anos. Assim posto, em número de anos de vida produtivo perdidos, o trauma ocupa um triste primeiro lugar. Como se não bastasse, a estatística demonstra que o problema se acha em franca expansão, a partir de um patamar atual já bastante elevado: estima-se que quase 100.000 brasileiros sejam mortos por ano, vítimas de acidentes de trânsito, violências interpessoais e acidentes ocorridos no lar, no trabalho e no lazer. Para cada morte, registram-se dois casos de invalidez permanente.

A grande maioria das mortes devidas a traumatismos físicos ocorre nas primeiras horas após o acidente, seja no próprio local, seja no hospital. Embora os elevados índices de mortalidade sejam decorrentes em grande parte, das próprias peculiaridades da doença trauma, estudos epidemiológicos revelam que uma

percentagem significativa de óbitos, de 20 a 50%, dependendo do estudo, deve-se a um atendimento inicial insatisfatório. Em outras palavras, de 20 a 50% das mortes além de uma proporção elevadíssima de seqüelas temporárias ou definitivas, são potencialmente evitáveis.

A epidemiologia do trauma tem levado os sistemas de atendimento às emergências médicas a se organizarem inicialmente em torno de seu atendimento.

Entretanto, outras emergências médicas devem ser progressivamente, absorvidas pelo diversos sistemas, especialmente aquelas que implicam em risco reversível de morte, como é o caso das doenças cardiovasculares.

Em 2005, através da Lei Estadual nº 14.851, o SIATE passou a compor o organograma do Corpo de Bombeiros da PMPR, por meio de uma coordenadoria, incumbindo-se da direção, controle, coordenação e planejamento dos recursos do Corpo de Bombeiros empregados no SIATE.

4.8 SURGIMENTO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO

No ano de 2004, foi constatado pelo Governo do Estado, que existia uma deficiência no atendimento efetuado pelo Corpo de Bombeiros Militar, principalmente porque a Corporação só estava presente em pouco mais de 10% do Estado, dificultando assim o atendimento emergencial aos municípios onde não existia nenhuma forma de atendimento na área de combate a incêndios.

Para tanto o Governador Roberto Requião determinou um estudo por parte da Casa Militar – Defesa Civil, para que implantasse um projeto para ir de encontro a esta necessidade. A idéia era a de oferecer as cidades que não possuíam nenhum tipo de serviço de bombeiro instalado, que passassem a contar com um atendimento emergencial para o combate a sinistros bem como que pudessem dar a primeira resposta em situações de defesa civil. Este serviço basicamente se desenvolveria em parceria com as prefeituras municipais que tivessem interesses em se beneficiar do projeto. Para tanto o programa Bombeiro Comunitário, tinha como meta numa primeira etapa abranger 50 municípios que contassem com população superior a 15.000 habitantes, os quais eram desprovidos de unidades do Corpo de Bombeiros,

sendo que a título de experiência foram implantadas unidades nos municípios de Pitanga, Prudentópolis, Campina Grande do Sul e Lapa.

A principal premissa do projeto compreende a utilização de bombeiros profissionais como gestores, os quais atuam na formação, coordenação e fiscalização do projeto e os agentes de defesa civil (funcionários contratados pelas prefeituras municipais), que após passarem por um curso de qualificação ministrado pelo Corpo de Bombeiros Militar, são aplicados nas ações de combate a incêndios e defesa civil nos municípios participante do programa.

5 ATUAL GERENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ

5.1 O PAPEL DO CORPO DE BOMBEIROS NA COMUNIDADE

A prevenção de sinistros, em particular o incêndio, é um problema que deve ser encarado desde o momento em que se planeja uma cidade, uma indústria, um prédio comercial ou de escritórios, um estabelecimento de diversões públicas, enfim, qualquer local de trabalho, devendo finalizar no próprio lar e na escola.

Então, a prevenção começa pela escolha do material de construção e pela separação ideal dos prédios em blocos com intervalos largos. A prevenção completa-se com outras providências, entre as quais as vias de acessos horizontais e verticais, como escadas e elevadores, isolados do conjunto predial, previsão de um sistema de combate a incêndios distribuído racionalmente e com eficiência total, compreendendo desde um simples aparelho extintor manual até os complexos sistemas automáticos de diferentes agentes: químicos, físicos, físico-químicos, eletrônicos, automáticos de detecção, aviso sob comando próximo ou remoto.

Todo aparelho, de acordo com o risco a proteger, deverá ser criteriosamente estudado quanto à quantidade, qualidade e distribuição, bem como operado por pessoas devidamente capacitadas, pois caso contrário, poderá não atingir sua finalidade, provocando lamentáveis acidentes. É esse o principal papel do bombeiro na comunidade.

Devem ser ávidos na difusão de tal assunto, visto que o sinistro ocorre onde à prevenção falha. O Corpo de Bombeiros mantém serviços de análise de projetos que assistem à comunidade, além da fiscalização das medidas preventivas que se impõem aos diversos tipos de edificações e estabelecimentos.

Infelizmente, o poder público estadual torna-se impotente em assistir tecnicamente todos os municípios necessitados, aos quais cabe o interesse na segurança de seus munícipes e na preservação do patrimônio, cabendo ao Corpo de Bombeiros, como Instituição do Estado, auxiliá-los na resolução dos problemas surgidos e na diminuição das prováveis conseqüências, em casos de sinistros, quando não puderem ser evitados.

Segundo estudos realizados, considera-se que 90% dos incêndios e outros sinistros, até mesmo inundações, não teriam ocorrido se houvessem sido tomadas às devidas precauções. Portanto a prevenção aos sinistros de qualquer natureza é o principal papel que a corporação precisa desempenhar, pois as ocorrências de bombeiro acontecem quando as medidas preventivas não são tomadas pelas autoridades competentes, incluindo aí os serviços de vistoria e fiscalização do Corpo de Bombeiros, responsáveis em evitar os incêndios nos diversos tipos de edificações comerciais, industriais e prestadoras de serviço.

A experiência já mostrou que uma cidade, aparentemente calma e sem incidentes típicos de bombeiros, tão logo tenha uma organização de incêndios, busca e salvamento, revela o seu verdadeiro índice de acidentes e sinistros, pois a população passa a conhecer, confiar e saber como e a quem recorrer, quando da eclosão do evento. O parque industrial, o comércio e outras instituições congêneres, a partir do momento da instalação da organização de incêndios, busca e salvamento no município, passa a obter os benefícios das seguradoras para a redução do prêmio da taxa de seguro devido.

5.2 SITUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

O Estado tem apresentado um crescimento horizontal e vertical vertiginoso. De um Estado essencialmente agrícola, vê-se transformar em pujante e industrializado em quase toda sua extensão.

Atados ao progresso e ao desenvolvimento, aparecem os problemas estruturais, entre eles o da segurança. Sabe-se que a responsabilidade pela segurança do cidadão é do Estado, conforme a Constituição preconiza em seu art. 144, que diz: “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988: p.90). Entretanto, verifica-se diariamente que o Estado não tem como cumprir, adequadamente, tal responsabilidade.

Em se tratando de prevenção e combate a incêndios, não tem sido diferente. Acompanhando a evolução do Corpo de Bombeiros, através dos anos, constata-se que enquanto no Estado o número de municípios cresceu em proporção geométrica,

o número de aquartelamentos interiorizados cresceu em proporção aritmética. Em 1912, ano da fundação do Corpo de Bombeiros, o Estado do Paraná tinha pouco menos que 20 municípios. Com o decorrer dos anos, esse número vem aumentando, conforme se verifica na Tabela 01.

TABELA 01 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS NO PARANÁ

ANO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
1930	31
1940	49
1950	93
1960	174
1970	288
1980	371
2007	399

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

O mesmo Corpo de Bombeiros, que em 1912 possuía apenas um aquartelamento de bombeiros, hoje, 95 anos após, atende a 47 municípios do Estado, com serviço de bombeiro militar, ou seja, continua atendendo pouco mais de 10% dos municípios.

Atualmente, o Corpo de Bombeiros Militar se faz presente nos municípios relacionados na tabela abaixo.

TABELA 02 – MUNICÍPIOS COM FRAÇÕES DE BOMBEIRO MILITAR

Nº	OBM	MUNICÍPIO	IMPLANTA ÇÃO	HABITANTES
1.	1º GB	CURITIBA	08/10/12	1.797.408
2.		PONTA GROSSA	29/03/37	306.351
3.		JAGUARIAIVA	01/06/00	31.865
4.		SÃO MATEUS DO SUL	12/12/01	39.079
5.		GUARAPUAVA	20/09/58	164.534
6.	2º GB	IRATI	08/12/48	54.141
7.		TELÊMACO BORBA	08/03/83	65.760
8.		PALMEIRA	23/11/98	31.232
9.		CASTRO	03/12/91	65.496
10		LONDRIINA	02/01/53	497.833
11		ARAPONGAS	12/07/79	96.669
12		CORNÉLIO PROCÓPIO	13/09/77	46.931
13		JACARÉZINHO	26/10/83	39.327
14	3º GB	IBIPORÃ	09/12/85	45.162

15	ROLÂNDIA	11/12/96	53.437
16	BANDEIRANTES	12/11/99	32.390
17	CAMBÉ	19/12/92	93.047
18	Sto. ANTÔNIO DA PLATINA	29/01/98	40.480
19	CASCADEL	11/04/74	285.784
20	TOLEDO	01/10/83	109.857
21	PATO BRANCO	29/09/79	66.685
22 4° GB	FRANCISCO BELTRÃO	14/12/77	72.409
23	CORONEL VIVIDA	12/01/90	21.571
24	DOIS VIZINHOS	15/04/96	34.001
25	PALMAS	20/01/00	40.490
26	MARINGÁ	08/08/57	325.968
27	APUCARANA	31/10/75	115.323
28	SARANDI	29/12/99	79.747
29 5° GB	IVAIPORÁ	10/12/96	31.344
30	UMUARAMA	13/05/76	95.282
31	CAMPO MOURÃO	07/01/82	82.530
32	PARANAVAÍ	22/01/82	79.111
33	CIANORTE	14/11/88	64.498
34	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	20/03/75	263.622
35 6° GB	ARAUCÁRIA	24/06/83	111.952
36	FAZENDA RIO GRANDE	06/12/01	75.006
37	CAMPO LARGO	12/07/82	97.824
38	RIO NEGRO	31/12/84	29.862
39 1°	FOZ DO IGUAÇU	13/08/76	311.336
40 SGBI	MEDIANEIRA	25/07/85	38.397
41	Sta. TEREZINHA DO ITAIPU	15/12/00	19.552
42	PARANAGUÁ	14/07/23	133.756
43	MATINHOS	10/12/70	23.357
44 2°	GUARATUBA	21/10/70	30.565
45 SGBI	PONTAL DO PARANÁ	29/07/87	16.628
46	ANTONINA	22/11/99	17.583
47	MORRETES	01/05/04	16.198
TOTAL			6.191.280

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE – 2007

Considerando a Tabela 2, e a população total do Estado do Paraná, que é de 10.261.856 habitantes, o Corpo de Bombeiros, com suas frações militares leva seus serviços para cerca de 60% da população paranaense.

A política de ampliação de frações de bombeiros, nas cidades, segue o princípio da regionalidade e característica de cada localidade. Pode-se deduzir que a evolução física da organização não tem ocorrido na mesma proporção que a criação dos novos municípios.

Observa-se que, em países mais desenvolvidos, há uma preocupação com a segurança, não só das autoridades governamentais, mas também da comunidade

como um todo, que se organiza para atender as suas necessidades em conjunto com o governo, para atingirem níveis satisfatórios de convivência.

É necessário evoluir e buscar formas alternativas de melhorar a qualidade da segurança oferecida a nossa população. Tal meta só é possível mediante o entrelaçamento entre os órgãos de segurança e a comunidade.

O Corpo de Bombeiros caracteriza seus serviços pelo pronto atendimento e socorro imediato, evitando e minimizando danos à vida e ao patrimônio.

Para atender esta evolução foi criado o serviço de bombeiro comunitário em 51 municípios das mais diferentes regiões do Estado, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 03 – MUNICÍPIOS COM FRAÇÕES DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO

ORDEM	COREDEC	MUNICÍPIO	HABITANTES
1	2º	GENERAL CARNEIRO	14.591
2	2º	TIBAGI	18.632
3	2º	REBOUÇAS	14.121
4	2º	PINHÃO	29.117
5	2º	PIRAÍ DO SUL	23.170
6	2º	LARANJEIRAS DO SUL	30.466
7	2º	ARAPOTI	25.645
8	2º	ORTIGUEIRA	24.387
9	2º	MALLET	12.476
10	2º	PRUDENTÓPOLIS	49.135
11	2º	PITANGA	34.310
12	3º	ASSAÍ	16.098
13	3º	ANDIRÁ	21.330
14	3º	BELA VISTA DO PARAISO	14.996
15	3º	IBAITI	28.050
16	3º	CAMBARÁ	23.956
17	4º	REALEZA	15.807
18	4º	PLANALTO	13.649
19	4º	CHOPINZINHO	19.224
20	4º	PALOTINA	27.550
21	4º	QUEDAS DO IGUAÇU	30.187
22	4º	GUAÍRA	28.683
23	4º	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	44.572
24	4º	ITAPEJARA DO OESTE	10.537
25	4º	CLEVELÂNDIA	17.606
26	4º	AMPÉRE	17.067

27	4º	GUARANIAÇU	15.971
28	4º	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	18.565
29	4º	CAPANEMA	18.103
30	5º	NOVA LONDRINA	12.626
31	5º	LOANDA	19.447
32	5º	MANOEL RIBAS	12.783
33	5º	GOIOERÊ	28.941
34	5º	COLORADO	21.049
35	5º	ALTÔNIA	19.904
36	5º	FAXINAL	15.527
37	5º	CRUZEIRO DO OESTE	20.182
38	5º	IPORÃ	15.086
39	5º	ASTORGA	24.191
40	5º	JANDAIA DO SUL	18.916
41	5º	MARIALVA	30.007
42	5º	NOVA ESPERANÇA	25.719
43	5º	MANDAGUARI	31.900
44	6º	ALMIRANTE TAMANDARÉ	93.060
45	6º	RIO BRANCO DO SUL	31.465
46	6º	CAMPINA GRANDE SUL	35.269
47	6º	QUATRO BARRAS	18.125
48	6º	COLOMBO	233.916
49	6º	LAPA	41.677
50	7º	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	25.341
51	7º	SANTA HELENA	22.794
		TOTAL	1.455.926

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE -2007

Considerando a Tabela 03, e a população total do Estado do Paraná, que é de 10.261.856 habitantes, o Corpo de Bombeiros, com suas frações comunitárias, leva seus serviços para pouco mais de 13% da população paranaense.

Esta modalidade de atendimento levou o atendimento de combate a incêndios até cidades que antes não se beneficiavam do serviço do Corpo de Bombeiros Militar.

Portanto, num comparativo das duas tabelas, chega-se à análise que o serviço de bombeiro, quer na sua forma tradicional (militar), quer no seu novo formato (comunitário), chega a atender cerca de 7.647.206 de habitantes, o que representa cerca de 75% da população paranaense.

6 NOVA ESTRUTURA DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ

6.1 MISSÃO

6.1.1 Constituição Federal

A missão do Corpo de Bombeiros está definida na Constituição Federal do Brasil, onde se encontra o arcabouço jurídico que o Estado proporciona à sociedade para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O Título V trata da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, mais especificamente em seu Capítulo III, Art. 144, que versa sobre a Segurança Pública, *“dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos”*:

- I -
- V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.
- § 1º
- § 5º Aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições previstas em lei, incube a execução das atividades de defesa civil.

Para dirimir possíveis dúvidas sobre as missões constitucionais, recorre-se ao ilustre professor Álvaro Lazzarini, comentando sobre a Segurança Pública na Constituição de 1988, abordou o tema de maneira contundente:

O constituinte de 1.988, no título da Constituição da República, que cuida da defesa do Estado e das instituições democráticas, designou o seu capítulo III, como o Da Segurança Pública, dela tratando no seu artigo 144.

Com isso, é possível afirmar-se que o constituinte de 1.988, procurou valorizar o principal aspecto ou elemento da ordem pública, qual seja a segurança pública.

Procurou ainda guardar a correta grandeza entre a ordem pública e a segurança pública, sendo esta exercida em função daquela, como seu aspecto, seu elemento, sua causa.

Lembre-se, a propósito, que a “segurança pública” é conceito mais restrito do que o da “ordem pública”, esta a ser preservada pelas Polícias Militares (art 144), às quais se atribui, além das atividades, a também referente à “tranquilidade pública” e à “salubridade pública”.

O mesmo constituinte de 1.988, outrossim, deu dignidade constitucional a órgãos policiais até então inexistente como Polícia Ferroviária Federal e as Polícias Cíveis.

Em outras palavras, a Constituição da República de 1.988 passou a prever

que a “segurança pública”, como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (art 144) sendo um Estado anti-delitual, será exercida, na República Federativa do Brasil, pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, devendo ser lembradas, por assemelhação, as Guardas Municipais, porque, integram a previsão do aludido capítulo e art 144, no seu parágrafo 8º.

Observe-se que os Corpos de Bombeiros Militares, em princípio, não exercem atividades de “segurança pública”, por ser esta uma atividade que diz respeito às infrações penais, com típicas ações policiais preventivas ou repressivas. A atividade dos Corpos de Bombeiros Militares é a prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e, agora, a de Defesa Civil, prevista no artigo 144, parágrafo 5º, final. Essa gama de atribuições dos Corpos de Bombeiros diz respeito, isto sim, à “tranquilidade pública” e, também à “salubridade pública”, ambas integrantes do conceito da “ordem pública” (1999, p.28).

6.1.2 Constituição Estadual

Estabelece a Constituição Estadual de forma clara que o Corpo de Bombeiros está vinculado à Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme o Parágrafo único do Art. 46:

Art. 46. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar.
- III - Polícia Científica

Parágrafo Único. O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Dispõe a lei maior no plano estadual sobre segurança pública em seu Capítulo IV, definindo a missão da PMPR no caput do Art. 48:

A Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas e salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Depreende-se do texto acima que ao Corpo de Bombeiros, como integrante da Polícia Militar do Paraná, compete à prevenção e o combate a incêndio, buscas e salvamentos e socorros públicos, além das atividades de Defesa Civil, hoje coordenada pela Casa Militar Estadual, conforme item II do Art. 51 da Constituição Estadual.

6.1.3 Lei Estadual nº 6.774

A Lei Estadual nº 6.774, de 23 Jun 1.954 – Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, em seu Título 1, Capítulo Único define a missão, subordinação e destinação da Polícia Militar:

Art. 2º. Compete à Polícia Militar:

II - atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível à perturbação da ordem;
V – realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e material nos locais de sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros em caso de afogamento, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas.

A citada Lei destina no Capítulo IV, uma seção exclusiva ao Corpo de Bombeiros, Seção II, onde define a organização institucional em seus diversos órgãos.

Mais adiante a Lei de Organização Básica da PMPR estabelece de forma cristalina, em seu Art. 74, a competência do Corpo de Bombeiros nos aspecto da prevenção contra incêndios.

Art. 74. A Polícia Militar do Estado do Paraná, através do seu Corpo de Bombeiros, tem competência para:

I - emitir pareceres técnicos sobre incêndios e suas conseqüências;
II - supervisionar o disposto na legislação quanto às medidas de segurança contra incêndios, inclusive instalação de equipamentos;
III - orientar tecnicamente a elaboração da legislação sobre prevenção contra incêndios, na forma do artigo 117 da Constituição Estadual (Emenda Constitucional nº. 3, de 29 de maio de 1.971).

6.1.4 Lei Estadual nº 1.943

A lei Estadual nº 1.943, de 23 de Junho de 1954, Código da Polícia Militar do Paraná, em seu Capítulo V define as atribuições do Corpo de Bombeiros.

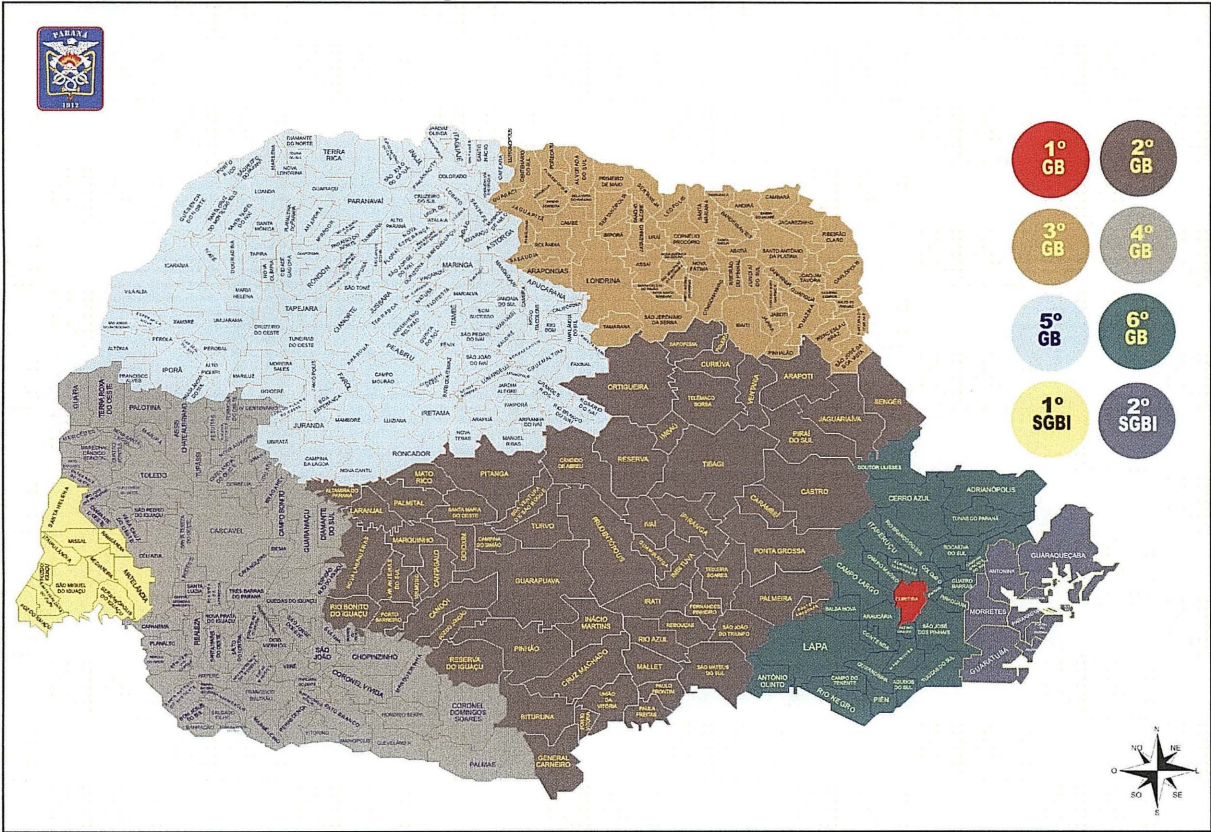
Art. 28. O Corpo de Bombeiros, como unidade militar integrante da Corporação, tem uma organização especial e atribuições de caráter técnico, cumprindo-lhe defender a propriedade pública e particular contra o fogo e outras calamidades”.

Art. 29. Administrativamente, a unidade é autônoma para aplicar os meios que lhes forem atribuídos pelos órgãos competentes do poder público.

6.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ

O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, dentre os 399 municípios do Estado, conta com articulação regionalizada e parâmetro dos municípios sedes de regiões, vinculando-se a oito circunscrições.

MAPA 01 – ARTICULAÇÃO DO CB PARANÁ

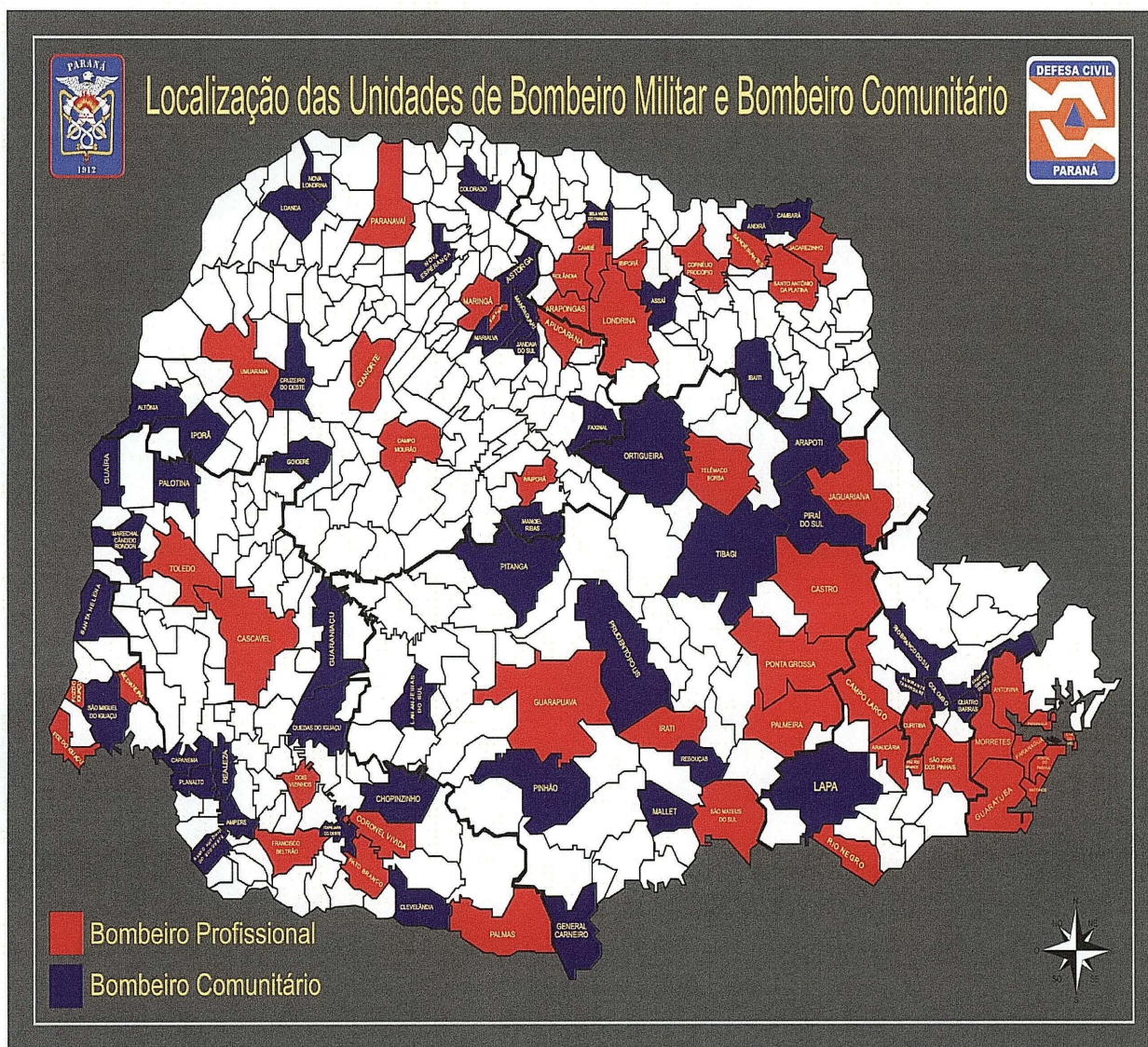


Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 do CCB - 2007

As sedes de GB e SGBI encontram-se localizadas nas cidades pólo de região, sendo desmembradas em subunidades de bombeiro, obedecendo ao critério de concentração populacional e riscos, atendendo um total de 47 municípios com frações militares.

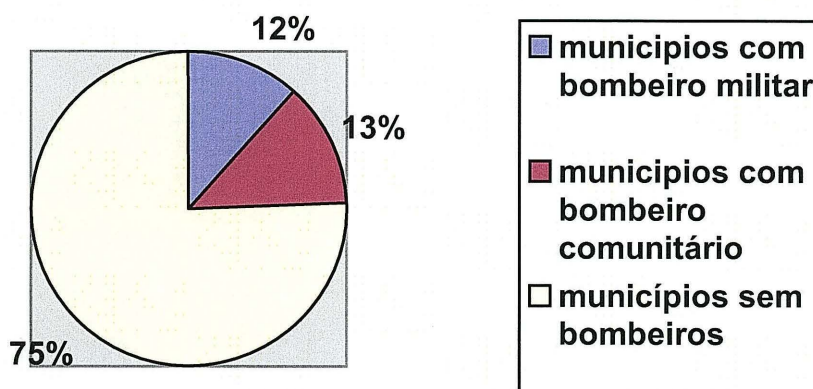
Dentro destas oito circunscrições estão inseridos os 51 destacamentos de bombeiro comunitário conforme sua localização, subordinando-se assim aos comandos regionalizados.

MAPA 02 – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES BM E BC NO PARANÁ



Fonte: Pesquisa Documental na BM/8 do CCB - 2007

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ COM QUARTÉIS DE BOMBEIRO

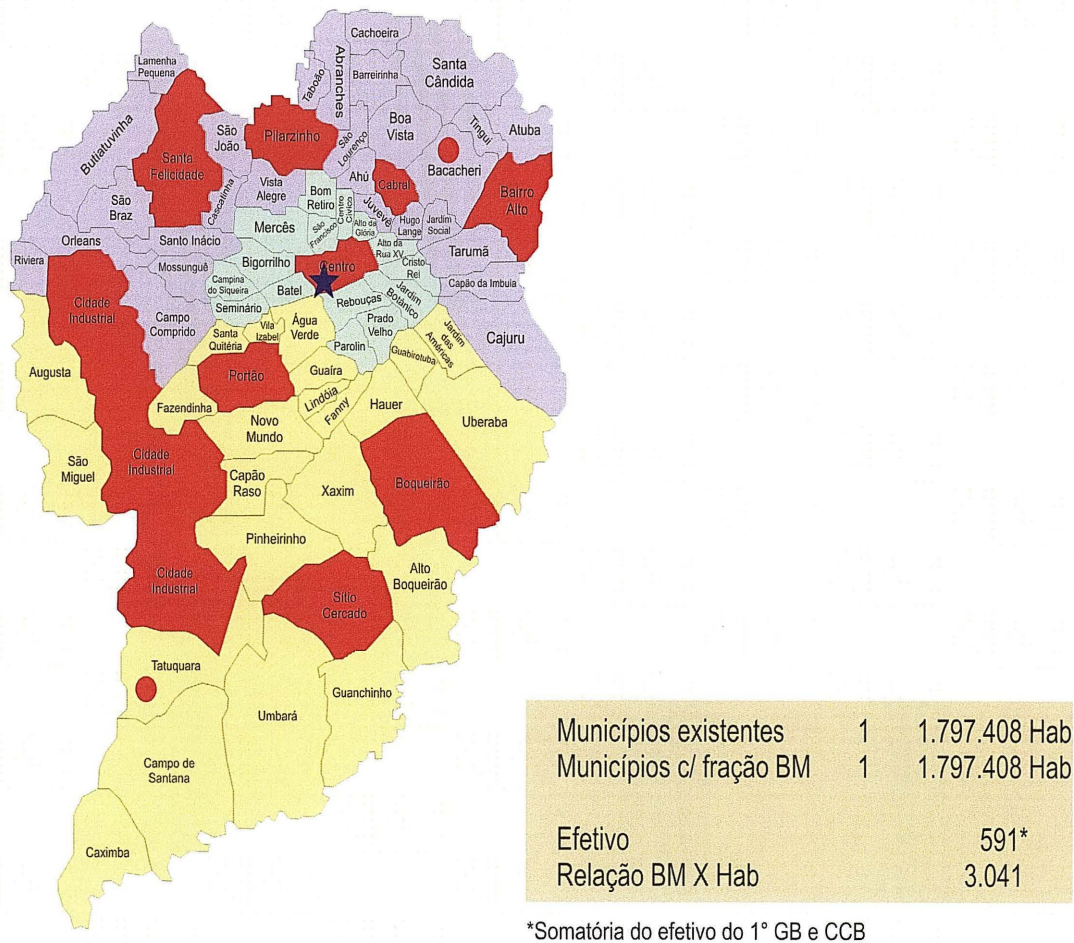


Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB - 2007

Como pode ser verificado, o Corpo de Bombeiros Militar se faz presente em apenas 12% dos municípios do Paraná, sendo que o Bombeiro Comunitário está instalado em 13% dos municípios, totalizando um percentual de quase 25% do total de municípios paranaenses atendidos por militares ou comunitários, ou seja, chega-se com o serviço de emergência a 98 cidades do Estado. A dificuldade em ampliar o número de destacamentos tanto militar como comunitário, muitas vezes esbarra no custo para se implantar o destacamento em municípios com pequena população, mais que muitas vezes também necessitam de atendimento emergencial, principalmente em situações de calamidade, tendo neste caso que recorrer aos municípios que possuam serviço de bombeiro instalado.

A partir da articulação acima exposta, apresenta-se a articulação individual de cada grupamento, com a análise pormenorizada tanto de destacamentos militares como comunitários e a população atendida pelo serviço do Corpo de Bombeiros.

MAPA 03 - 1º GB - SEDE CURITIBA



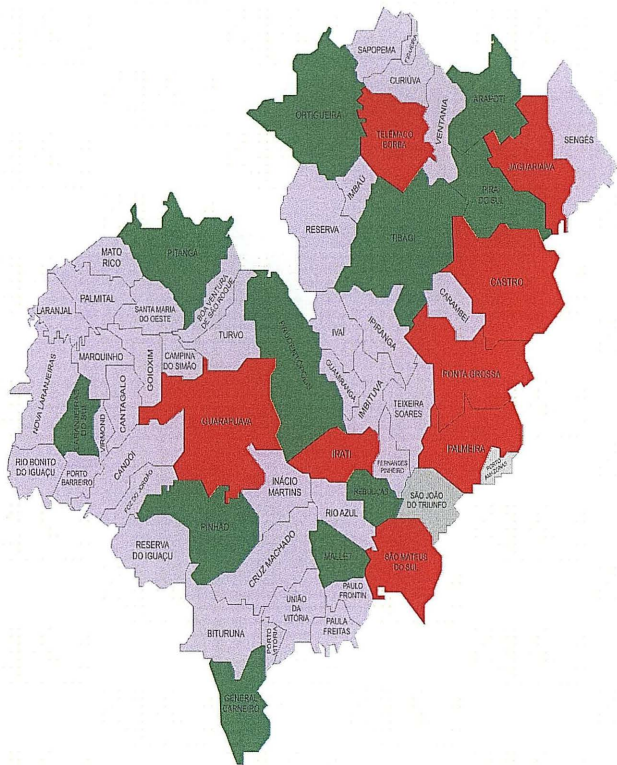
*Somatória do efetivo do 1º GB e CCB

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

O 1º Grupamento de Bombeiros, com sede na cidade de Curitiba tem em sua circunscrição a capital do Estado, estando descentralizado em 75 bairros. Atende a uma população de 1.797.408 habitantes, distribuídos em uma área de 432.418 Km², com um efetivo de 591 bombeiros e contando com um total de 64 viaturas, distribuídos em 11 postos de bombeiro.

O 1º GB diferencia-se das demais OBM por atender toda a população da sua circunscrição, fato que se justifica em função dos seus serviços estarem adstritos à cidade de Curitiba, sendo que a única variável que se apresenta neste grupamento é o tempo resposta no atendimento, pois são 11 quartéis para 75 bairros, portanto procura-se trabalhar para minimizar o tempo resposta do atendimento.

MAPA 04 - 2º GB - SEDE PONTA GROSSA

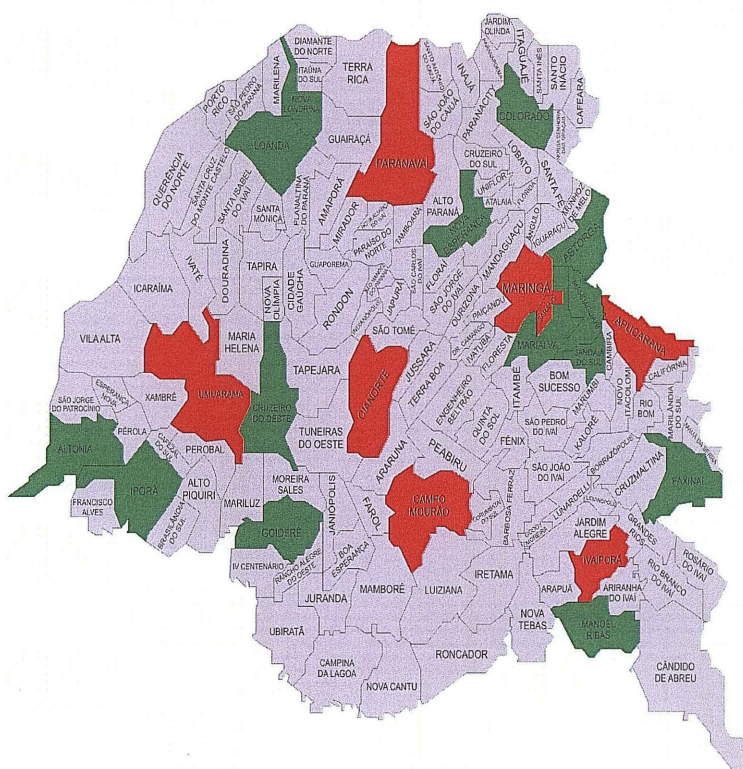


Municípios existentes na área do 2 GB	62	1.468.069 Hab
Municípios sem fração de Corpo de Bombeiros	43	433.561 Hab

Municípios c/ fração BM	8	758.458 Hab	Municípios c/ fração BC	11	276.050 Hab
Efetivo BM		392	Efetivo BC		119
Relação BM X Hab		1.934	Relação Agente X Hab		2319

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

O 2º Grupamento de Bombeiros está sediado no município de Ponta Grossa e distribuído em 08 municípios, com efetivo de 392 bombeiros, 93 viaturas e diversos equipamentos. O Grupamento tem em sua circunscrição uma população de 1.468.069 habitantes, distribuída em 62 municípios numa área de 61.816.174 Km². Com o advento do bombeiro comunitário o serviço foi instalado na área do 2º GB em 11 municípios, totalizando 19 municípios desta área com alguma forma de serviço de prevenção a sinistros.

MAPA 07 - 5º GB - SEDE MARINGÁ

Municípios existentes na área do 5 GB	144	1.911.456 Hab
Municípios sem fração de Corpo de Bombeiros	122	741.375 Hab

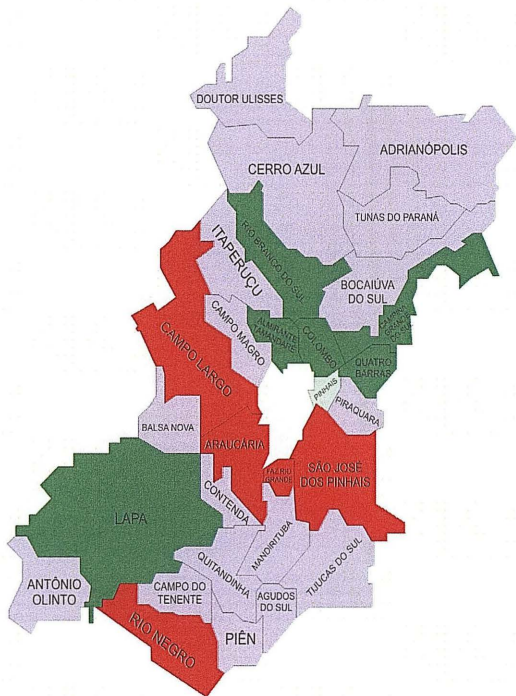
Municípios c/ fração BM	8	873.803 Hab
Efetivo BM		404
Relação BM X Hab		2.162

Municípios c/ fração BC	14	296.278 Hab
Efetivo BC		143
Relação Agente X Hab		2.071

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

O 5º Grupamento de Bombeiros, com sede no município de Maringá, está presente em 08 dos 144 municípios de sua circunscrição, com uma concentração populacional de 1.911.456 habitantes, distribuídos em uma área de 51.305.443 Km², possui um efetivo de 404 bombeiros e 143 viaturas. Já com o bombeiro comunitário o número foi aumentado em 14 municípios, totalizando cerca de 22 municípios.

MAPA 08 - 6º GB - SEDE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



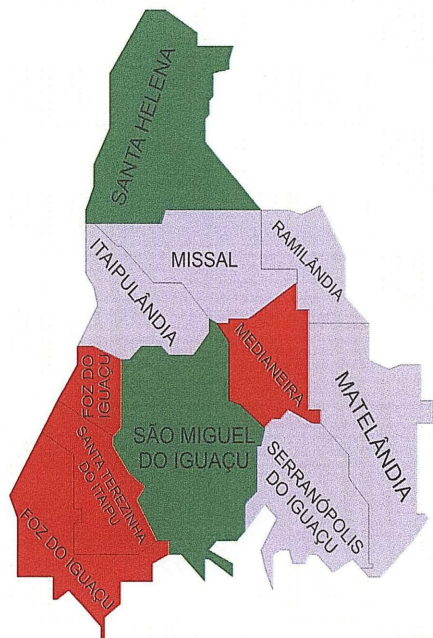
Municípios existentes na área do 6 GB	29	1.359.962 Hab
Municípios sem fração de Corpo de Bombeiros	18	346.309 Hab

Municípios c/ fração BM	5	578.266 Hab	Municípios c/ fração BC	6	435.387 Hab
Efetivo		309	Efetivo		63
Relação BM X Hab		1.871	Relação Agente X Hab		6.910

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

O 6º Grupamento de Bombeiros, com sede na cidade de São José dos Pinhais, está presente em 05 dos 29 municípios de sua circunscrição, com uma concentração populacional de 1.359.962 habitantes, distribuídos em uma área de 16.698.830 Km², com um efetivo de 309 bombeiros e 71 viaturas. Já com o bombeiro comunitário o número foi aumentado em 06 municípios, totalizando agora 11 municípios com alguma forma de prevenção e combate a sinistros.

MAPA 09 - 1º SGBI - SEDE FOZ DO IGUAÇÚ



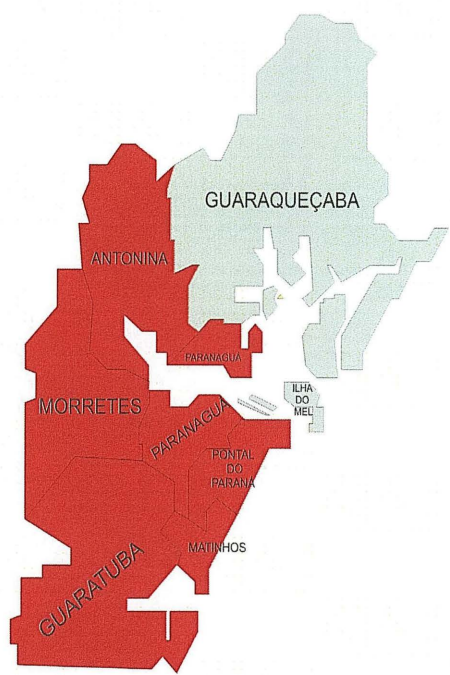
Municípios existentes na área do 1 SGBI	10	447.520 Hab
Municípios sem fração de Corpo de Bombeiros	05	30.100 Hab

Municípios c/ fração BM	3	369.285 Hab	Municípios c/ fração BC	2	48.135 Hab
Efetivo	177		Efetivo	20	
Relação BM X Hab	2.086		Relação Agente X Hab	2.406	

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

O 1º Subgrupamento de Bombeiros Independente, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, está presente em 03 dos 10 municípios de sua circunscrição, com uma concentração populacional de 447.520 habitantes, distribuídos em uma área de 4.517.104 Km², com um efetivo de 177 bombeiros e 51 viaturas. Já com o bombeiro comunitário mais 02 municípios passaram a contar com serviço de bombeiro sendo que a área agora conta com 05 municípios atendidos.

MAPA 10 - 2º SGBI - SEDE PARANAGUÁ



Municípios existentes	7	247.399 Hab
Municípios c/ fração BM	6	238.087 Hab
Efetivo		196
Relação BM X Hab		1.214

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

O 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente com sede no município de Paranaguá, está presente em 06 dos 07 municípios de sua circunscrição, tendo uma concentração populacional de 247.399 habitantes distribuídos numa área de 6.022.493 Km² com um efetivo de 196 bombeiros e 78 viaturas. Possui como característica principal o atendimento à região do litoral paranaense e não possui em sua área de atuação o serviço de bombeiro comunitário.

6.3 NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Governo do Estado do Paraná para implementar a Defesa Civil/Bombeiro Comunitário e o SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências) nos municípios, editou a Lei Estadual nº 14.851 de 07 de outubro de 2005, que fixa efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais-militares e adotam outras providências, que da nova roupagem à estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros da PMPR.

6.3.1 Lei Estadual nº 14.851

A Lei criada para fazer frente às necessidades operacionais dos dois programas de governo, possibilitou dotar a corporação de uma gerência dos serviços desempenhados na área de atendimento pré-hospitalar e na área de defesa civil.

Não foram criadas novas vagas e sim aproveitadas de outros quadros, os quais já não tinham mais militares para o preenchimento das mesmas. No caso do Bombeiro Comunitário/Defesa Civil, foram criadas para o gerenciamento do programa 72 (setenta e duas) vagas entre oficiais e praças, o que permite uma supervisão do serviço, dentro das áreas de atuação dos Grupamentos e Sub-Grupamentos Independentes.

Já para o SIATE, o número de vagas de gerência do sistema é de 37 (trinta e sete) distribuídas entre oficiais e praças, o que possibilita um efetivo controle das atividades desenvolvidas na área de atendimento pré-hospitalar.

As condições criadas com a nova estrutura permitem uma gerência mais próxima da realidade do serviço, pois evita dificuldades na execução da atividade finalística do Corpo de Bombeiros.

6.3.2 Novas Seções na Estrutura do Corpo de Bombeiros da PMPR

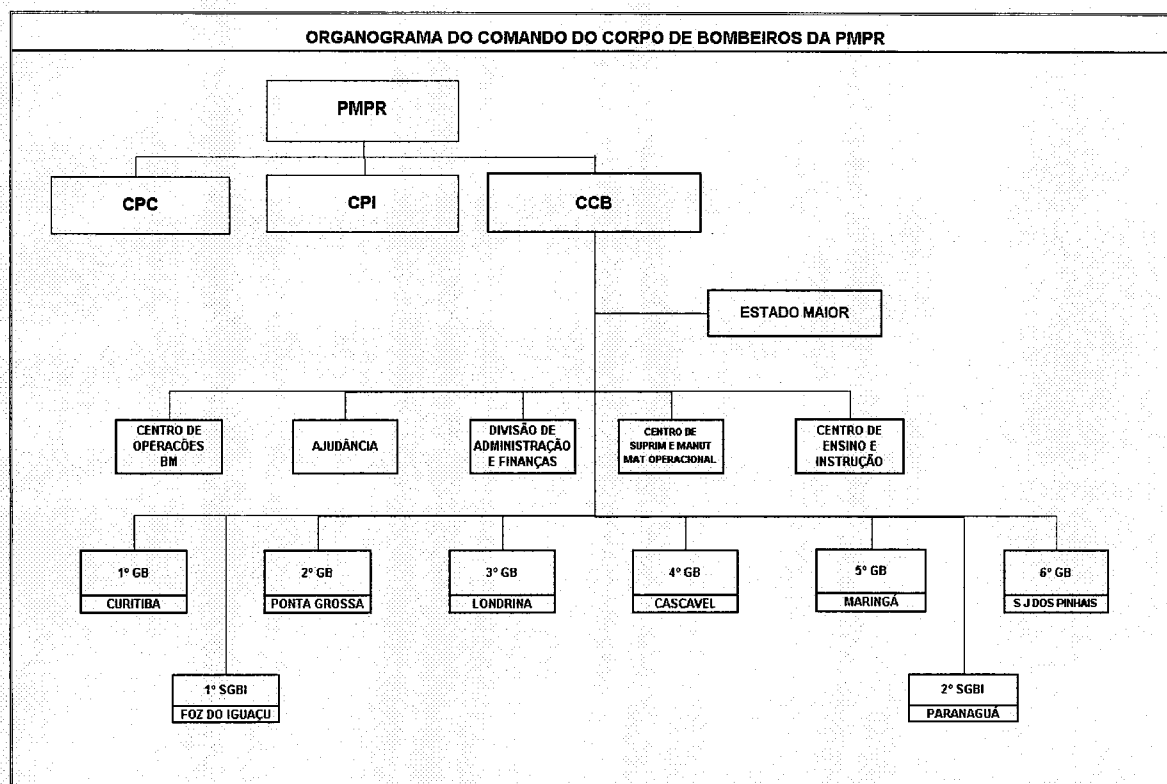
O comando do Corpo de Bombeiros, como um dos grandes comandos da PMPR, está dividido em três níveis, sendo o primeiro de Direção com um Comando e seu respectivo Estado-Maior, composto pelas seguintes seções: BM/1, BM/2, BM/3, BM/4, BM/5, BM/6, BM/7 e BM/8.

Ainda no nível de Direção no setor administrativo está a Ajudância, Dafin, COBOM e a Coordenadoria do SIATE.

No nível de Apoio se encontram o CSM/MOP e o CEI.

As unidades operacionais se encontram no nível de execução, sendo composto pelo 1º GB, 2º GB, 3º GB, 4º GB, 5º GB, 6º GB, 1º SGBI e 2º SGBI, sendo acrescentado as suas estruturas de Estado-Maior as B/8 e também as Coordenadorias Regionais do SIATE.

NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS-PMPR



Fonte: BM/1-CCB-2007

6.4 NOVO QUADRO DE EFETIVO

6.4.1 Oficiais Combatentes e Administrativos

O quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros segue o padrão preconizado para as polícias militares, dividindo-se em quadro de oficiais e quadro de praças.

Nos quadros abaixo, temos o quantitativo previsto e existente dos oficiais que integram o CCB, divididos em oficiais administrativos e oficiais combatentes, os quais executam as mais variadas atividades em âmbito interno e externo.

QUADRO 01 – OFICIAIS COMBATENTES DO CB/PMPR - 2007

Oficiais Combatentes do CB			
Posto	Previsto	Existente	Diferença
Coronel	02	03	+01
Ten. Cel.	10	10	00
Major	25	25	00
Capitão	52	52	00
1º Tenente	58	55	-03
2º Tenente	61	7	-54
TOTAL	208	152	-57

Fonte: BM/1-CCB-2007

QUADRO 02 – OFICIAIS ADMINISTRATIVOS DO CB/PMPR -2007

Oficiais Administrativos do CB			
Posto	Previsto	Existente	Diferença
Cap.	02	00	-02
1º Ten.	03	04	01
2º Ten.	08	05	-03
TOTAL	13	09	-04
TOTAL GERAL COMB + ADM	221	161	-60

Fonte: BM/1-CCB-2007

Verificam-se, nos quadros acima, um equilíbrio entre o quantitativo previsto e o existente. Apenas o que chama a atenção é a existência de uma falta de 54 (cinquenta e quatro) 2º Tenentes no quadro combatente, em função da reestruturação ocorrida no CCB, a qual tem afetado sobremaneira as atividades essenciais da corporação, pois a figura do tenente é essencial no gerenciamento,

principalmente de unidades interiorizadas. Outro fator que chama atenção é o fato da existência no quadro de combatentes de um Coronel a mais no quadro, devido à alteração da Lei de Promoção de Oficiais que permite ao oficial deste posto que tiver completado o tempo limite de permanência no serviço ativo, de cumprir um tempo a mais de serviço na corporação.

6.4.2 Praças Especiais

Depois de declarados Aspirantes-a-Oficial, realizam estágio nas diversas unidades da corporação, sendo após um ano, promovidos a 2º Tenente, o primeiro posto na escala hierárquica do Oficialato na Corporação.

Os Cadetes da Escola de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê são designados Alunos-Oficiais, que após três anos de formação acadêmica, são declarados Aspirantes-a-Oficial, sendo considerados dentro da estrutura da PMPR como praças especiais BM.

QUADRO 03 – ALUNOS-OFFICIAIS-GUATUPÊ - 2007

Alunos Oficiais do CCB			
Posto	Previsto	Existente	Diferença
CFO-1	30	38	08
CFO-2	15	19	04
CFO-3	15	15	00
TOTAL	60	72	12

Fonte: BM/1-CCB-2007

Verifica-se que neste momento não há falta de Alunos-Oficiais para um futuro preenchimento das vagas de 2º Tenente, sendo que a diferença entre o número de alunos previsto inicialmente e o efetivamente existente se deve ao fato de que alguns alunos estão freqüentando o citado curso através de demandas judiciais. O fato de existirem um número maior de alunos que o previsto, futuramente acarretará problemas para a instituição, pois para suprir as necessidades de promoção destes alunos, ficará alguns anos sem a inclusão de novos cadetes, permanecendo no mesmo posto por um longo período.

6.4.3 Praças Combatentes e Especialistas

Nos quadros abaixo, verifica-se o quantitativo previsto e existente das praças que integram o CCB, divididos em praças combatentes e especialistas, os quais são distribuídos nos Grupamentos e Subgrupamentos da corporação.

QUADRO 04 – DISTRIBUIÇÃO DE PRAÇAS COMBATENTES – CCB - 2007

Distribuição de Praças Combatentes			
Graduação	Previsto	Existente	Diferença
Subtenente	50	45	-005
1º Sargento	74	59	-015
2º Sargento	93	91	-002
3º Sargento	371	301	-070
Cabo	638	537	-101
Soldado	1.805	1559	-246
TOTAL	3.031	2592	-439

Fonte: BM1 – CCB/2007

QUADRO 05 – DISTRIBUIÇÃO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS – CCB - 2007

Distribuição de Praças Especialista			
Graduação	Previsto	Existente	Diferença
Subtenente	08	08	00
1º Sargento	20	13	-07
2º Sargento	29	18	-11
3º Sargento	65	44	-21
Cabo	60	25	-35
Soldado	04	02	-02
TOTAL	186	110	-76
TOTAL GERALCOMB + ESPEC	3.217	2.702	-515

Fonte: BM1 – CCB/2007

O quadro acima demonstra a distribuição das praças combatentes que integram o Comando do Corpo de Bombeiros, onde é possível verificar os quantitativos previstos, existentes e a diferença. No quadro de distribuição de praças combatente, existe uma deficiência de 439 (quatrocentos e trinta e nove) bombeiros, distribuídos entre as diversas graduações.

Da mesma forma, o quadro de pessoal especialista (QPM 2-8-Conductor e Operador de Viatura, QPM 2-9-Mecânico de Material, QPM 1-2-Rádio Operador, QPM 1-3-Mecânico de Auto, QPM 1-5-Mecânico de Rádio, QPM 1-7-Corneteiro) apresenta deficiência de 76 bombeiros.

O déficit de pessoal atualmente no CCB é de 61 oficiais (combatentes e administrativos), 515 praças (combatentes e especialistas), num total de 577 bombeiros.

Atualmente o Corpo de Bombeiros possui um efetivo previsto, conforme prevê a Lei Estadual nº 6.774, de 23 Jun 1.954 – Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, de 3.439 bombeiros, tendo um efetivo atualmente de 2863 bombeiros, apresentando um déficit de quase 600 bombeiros, fator este bastante preocupante, pois em relação ao efetivo previsto a corporação possui um déficit de quase 17%, o que tem sobremaneira afetado o atendimento das ocorrências, bem como o desenvolvimento das atividades de prevenção a sinistros. A tendência de principalmente os praças pedirem a reserva remunerada com 25 anos de serviço, agrava dia a dia a falta de militares na corporação, sendo que somente há previsão de uma inclusão de 300 militares para o ano de 2008, mas que ainda não tem autorização dos escalões superiores para a realização do teste seletivo.

6.5 OCORRÊNCIAS ATENDIDAS

Os quadros 06 e 07 têm por objetivo traçar um comparativo entre as ocorrências atendidas em 2006 e 2007, possibilitando estabelecer parâmetros sobre a atuação do Corpo de Bombeiros em relação à diversidade dos serviços requisitados pela população e o número de ocorrências atendidas.

QUADRO 06 – OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CB-PR EM 2006

Ocorrências Atendidas pelo CB													
TIPOS DE OCORRÊNCIAS	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Incêndios	430	358	388	346	437	401	413	493	439	468	369	449	4991
Incêndio em vegetação	550	243	283	588	1264	908	1100	2039	1118	554	367	277	9291
Busca e salvamento	345	337	283	195	124	143	177	176	276	317	318	351	3042
Prev. Aux. População	1299	1216	1125	857	900	896	883	1010	1120	1185	1502	1443	13436
Acidente de trânsito	3218	3185	3744	3864	3996	3641	3759	3768	3637	4063	3768	4154	44797
Agressão	1181	1051	1142	1069	949	918	973	918	968	1105	1072	1326	12672
Queima. Choque/elet	49	35	42	24	29	29	41	41	38	40	41	52	461
Quedas	1165	1882	1280	1191	1236	1184	1195	1173	1213	1313	1396	1449	14877
Clínico	712	694	833	776	800	777	820	892	770	883	818	896	9671
Vistorias	9833	12075	17766	12978	15819	17162	17010	18002	14755	15494	10775	7650	169304
Total	18782	20276	26886	21888	25554	26059	26371	28512	24334	25422	20426	18047	282542

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

QUADRO 07 – OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CB-PR EM 2007

Ocorrências Atendidas pelo CB													
TIPOS DE OCORRÊNCIAS	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Incêndios	420	385	502	470	430	481	424	491	527	457	408	518	5513
Incêndio em vegetação	140	309	809	762	464	2335	1631	2348	2191	1112	424	449	12974
Busca e salvamento	439	286	324	269	214	165	202	159	236	327	518	377	3516
Prev. Aux. População	1414	1400	1371	1207	1127	1065	1095	1002	1435	1692	1860	1436	16104
Acidente de trânsito	3442	3529	4476	4264	4526	4543	4214	4404	4481	4473	4191	4743	51286
Agressão	1206	1108	1231	1070	980	1054	890	1019	1161	1066	1109	1333	13227
Queima. Choque/elet	48	45	51	32	38	44	36	44	38	42	48	46	512
Quedas	1305	1187	1441	1374	1425	1371	1298	1389	1354	1369	1440	1368	16321
Clínico	789	858	937	955	904	913	891	922	921	921	865	973	10849
Vistorias	14802	16312	18744	15723	16088	16774	14562	17928	11934	18285	15384	9832	186368
Total	24005	25419	29886	26126	26196	28745	25243	29706	24278	29744	26247	21075	316670

Fonte: Pesquisa Documental na BM/3 – CCB/2007

Analisando os quadros 06 e 07, verifica-se que o número de ocorrências de bombeiro teve um acréscimo na ordem de 12% na comparação do ano de 2006 para 2007, onde se destaca principalmente o aumento do número de incêndios florestais, de acidentes de trânsito e principalmente o número de vistorias em edificações comerciais, industriais e prestadoras de serviço, fator este que mostra que a parte preventiva é uma grande preocupação hoje dentro da corporação, pois a mesma é mais importante do que a própria ação de combate. O número de quedas e agressões são outros gêneros de ocorrência que chamam a atenção, pois é grande a quantidade de ocorrências que são atendidas anualmente, números estes que cresceram no período analisado.

6.6 MATERIAIS DE BOMBEIRO

O quadro 08 relaciona os tipos de viaturas utilizadas pelo Corpo de Bombeiros, a quantidade e como estão distribuídas por Unidades Operacionais. Pode ser observada maior concentração nas viaturas de combate a incêndio, salvamento e vistorias.

QUADRO 08 – DEMONSTRATIVO DE VIATURAS DO CB/PMPR-2007

Demonstrativo de Viaturas do CB/PMPR										
VIATURAS	CCB	1º GB	2º GB	3º GB	4º GB	5º GB	6º GB	1º SGBI	2º SGBI	TOTAL
AA		16	15	19	15	24	11	09	08	117
ABS	05	07	13	13	10	14	04	06	12	84

ABT		07	14	21	14	22	08	08	11	105
ABTR		07	03	02	03	04	02			21
ACA			01	01	01	01	01		01	06
AEM		01		01						02
AHQ			01			01	01			03
APM		01	01	01	01	01		01		06
AQ		01								01
AR	01		06	04	04	07	04	01	01	28
ASP	02									02
ATC	07		02	02	05	01	01	02		20
ATM	03	01	01	03	05		03	03	02	21
ATP	20	18	25	32	33	37	23	16	14	218
ASA				02		03	03			08
CT		01		01	01		01	01		05
DC			01		02	02	01		01	06
M	02		07	12	05	21	03	02	09	61
R	01	04	03		14	05	05	02	20	54
T				01						01
Outros										
TOTAL	41	64	93	115	113	143	71	51	78	769

Fonte: Pesquisa Documental BM/4 CCB-2007

Analizando o quadro de viaturas existentes, constata-se a existência de uma frota suficiente de viaturas administrativas dentro da corporação para fazer frente às vistorias em edificações, pois a atuação preventiva é de fundamental importância para evitar o sinistro. Já para o combate a sinistros e atendimento pré-hospitalar o Corpo de Bombeiros possui uma frota considerável entre Auto Bomba Tanque e Auto Ambulâncias, fator este que é de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade finalística da corporação. O que chamou atenção durante a pesquisa é a idade da frota de veículos tipo Auto Bomba Tanque, pois cerca de 70% dos veículos deste tipo possuem mais de 15 anos de vida útil, fator este que preocupa a instituição, pois estas viaturas podem comprometer o atendimento a sinistros, pela constante manutenção a que são submetidos, ficando muitas vezes vários dias fora de operação.

Outra situação levantada junto ao setor competente foi o das viaturas Auto Ambulância que apesar de terem uma vida útil em sua grande maioria inferior a 05 anos, tem um volume de utilização bem maior do que as viaturas de combate a incêndio, pois em algumas cidades as ambulâncias chegam a rodar mais de 500 Km e atender a mais de 12 ocorrências por dia, fator este que precisa ser levado em conta quando da reposição da frota a qual tem que ser no máximo a cada 02 anos de uso, evitando que o sistema de atendimento emergencial venha a entrar em colapso.

6.7 RECURSOS FINANCEIROS

6.7.1 Funrebom

Atualmente, os Fundos Municipais, apresentam problemas em relação as suas administrações financeiras, pois inúmeras ações de inconstitucionalidade, quanto à cobrança da taxa de combate a incêndio, tem sido proposta, tendo a corporação obtido sucesso em manter a cobrança. Outra ameaça observada quanto à manutenção do FUNREBOM está no fato de que as prefeituras municipais estão procurando utilizar a taxa para manter outros órgãos de segurança existentes nos municípios, fato este já constatado no município de Londrina, onde o FUNREBOM já perde 30% dos seus recursos anualmente.

Nos quadros abaixo, pode ser observado o valor arrecadado pelo CCB, através do FUNREBOM, nos anos de 2006 e 2007:

QUADRO 09 – DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA – FUNREBOM – PR - 2006

Demonstrativo Geral da Receita do FUNREBOM	
Unidade Operacional	Receita
CCB - - 1º GB	0,00*
2º GB	1.557.532,60
3º GB	2.407.642,20
4º GB	3.284.318,90
5º GB	2.698.327,50
6º GB	386.497,82
1º SGBI	1.092.255,30
2º SGBI	1.636.196,20
TOTAL	13.062.770,52

Fonte: Assessoria de Fundos Especiais – CCB – 2007

QUADRO 10 – DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA – FUNREBOM – PR - 2007

Demonstrativo Geral da Receita do FUNREBOM	
Unidade Operacional	Receita
CCB - 1º GB	0,00*
2º GB	1.492.376,50
3º GB	3.378.151,56
4º GB	3.276.901,16
5º GB	3.099.628,99

6º GB	535.153,70
1º SGBI	1.119.065,78
2º SGBI	1.140.732,75
TOTAL	14.042.010,44

Fonte: Assessoria de Fundos Especiais – CCB – 2007

* O CCB/ 1º GB não possui arrecadação da taxa do FUNREBOM

O Comando do Corpo de Bombeiros através de seus fundos municipais, garante a manutenção e os principais investimentos no interior do Estado, uma vez que a cidade de Curitiba, não possui a taxa do FUNREBOM. O valor arrecadado pelos fundos municipais é considerável, chegando nos dois exercícios analisados, a cifra de R\$27.104.780,96. Os fundos municipais têm como sua principal função manter o custeio da unidade, ou seja, realizar a manutenção do aquartelamento, das viaturas, dos equipamentos. Os fundos que possuem uma melhor arrecadação conseguem além de manter realizar investimentos na aquisição de viaturas e equipamentos, bem como em obras de ampliação e modernização das instalações.

6.7.2 Funcb

O surgimento do fundo estadual deve-se ao fato de que a taxa de vistoria de edificações comerciais, industriais e prestadoras de serviço antes arrecadadas pelos fundos municipais, enfrentavam um confronto de competências, pois um agente estadual arrecadava para um agente municipal. Para resolver este confronto de competências o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros, veio para alterar esta realidade, possibilitando os grandes investimentos na corporação nos últimos 02 anos. Apesar do FUNCB ter iniciado a sua arrecadação a partir do ano de 2003, somente a partir do ano de 2005 é que realmente os valores tornaram-se significativos em termos de arrecadação e investimento, pois anteriormente eram somente realizados através dos fundos municipais. Abaixo se encontra a arrecadação obtida junto ao setor competente o qual gerencia a parte financeira da corporação:

QUADRO 11 – DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA – FUNCB – PR - 2006

Demonstrativo Geral da Receita do FUNCB	
Unidade Operacional	Receita
CCB - - 1º GB	2.445.984,79
2º GB	2.343.976,45
3º GB	2.824.517,17
4º GB	2.661.520,93
5º GB	4.117.002,98
6º GB	2.338.603,75
1º SGBI	644.969,07
2º SGBI	909.644,18
TOTAL	18.286.219,32

Fonte: Assessoria de Fundos Especiais – CCB – 2007

QUADRO 12 – DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA – FUNCB – PR - 2007

Demonstrativo Geral da Receita do FUNCB	
Unidade Operacional	Receita
CCB - 1º GB	2.736.023,85
2º GB	2.718.049,68
3º GB	2.649.874,65
4º GB	3.170.821,84
5º GB	5.087.362,96
6º GB	3.108.247,93
1º SGBI	692.666,62
2º SGBI	847.610,80
TOTAL	21.010.658,33

Fonte: Assessoria de Fundos Especiais – CCB – 2007

O Comando do Corpo de Bombeiros, por meio de seu fundo estadual, garante os principais investimentos realizados nas unidades militares do Estado nos últimos quatro anos a partir de sua criação. Nos quadros acima se verifica no período analisado um acréscimo na ordem de 15%, chegando neste período à cerca de R\$ 39.296.877,65 de arrecadação. Este fundo tem um grande diferencial em relação ao FUNREBOM que é a participação de Curitiba na arrecadação, pois é a principal cidade arrecadadora, uma vez que há um grande potencial de edificações comerciais, industriais e prestadoras de serviço para a realização das vistorias.

O FUNCB tem como característica sua aplicabilidade somente em atividades do Corpo de Bombeiros, tanto em despesas de custeio como de capital, fator este que pode ser bastante aproveitado pela corporação, tanto para manter as unidades mais deficientes na arrecadação dos fundos municipais, como para realizar as

grandes aquisições uma vez que como se percebe nos quadros acima conta com uma ótima arrecadação, suficiente para atender todos os 47 municípios que possuem frações militares.

O FUNCB conta como outra característica importante à possibilidade através da legislação estadual de realizar tanto a cobrança como a vistoria em edificações comerciais, industriais e prestadoras de serviço em todos os municípios do Estado, independente de possuir destacamentos de bombeiro, pois anteriormente não era possível devido às legislações se restringirem à área dos municípios sede de destacamento. Este fator é o principal ingrediente para o sucesso da arrecadação realizada pelo fundo ano após ano, pois a tendência para os próximos exercícios é de um crescimento de cerca de 10% ao ano do potencial arrecadador.

QUADRO 13 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO FUNCB – PR – 2006 - 2007

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		
FUNDO ESTADUAL DE CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ		
INVESTIMENTO DO FUNCB NO ESTADO DO PARANÁ NOS ANOS DE 2006 E 2007		
UNIDADE DE BOMBEIRO	INVESTIMENTO	
	2006	2007
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS	46.132,17	566.105,77
1º GRUPAMENTO DE BOMBEIRO/CCB/CEI	380.963,63	509.625,26
2º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS	1.937.878,59	2.253.333,93
3º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS	1.293.771,76	1.376.740,96
4º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS	1.291.562,64	1.747.383,78
5º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS	1.612.933,14	1.248.054,49
6º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS	1.446.584,38	1.355.228,39
1º SUB GRUPAMENTO DE BOMBEIRO INDEP.	428.153,72	654.604,90
2º SUB GRUPAMENTO DE BOMBEIRO INDEP.	929.695,86	1.880.765,02
TOTAL	9.367.675,89	11.025.736,73

Fonte: Assessoria de Fundos Especiais – CCB – 2007

O quadro acima nos revela o quanto foi realizado pela Corporação no período de 2006 e 2007, conforme a articulação em Grupamento e SubGrupamento de Bombeiro em todo o Estado. Os investimentos cresceram cerca de 18% de 2006 para 2007 em todas as unidades com destaque para os investimentos realizados na área do 2º SGBI, a qual gerencia toda a região do litoral paranaense, que simplesmente teve o dobro de investimentos do período anterior.

Estuda-se, em termos de FUNCB, o envio de maiores valores aos municípios, para fazer frente as suas necessidades, através da implantação do Fundo Rotativo, no qual os recursos podem ser gerenciados na própria base arrecadadora, evitando que deixem de ser usado nas atividades de bombeiro e passem a atender outros órgãos, ocasionando desta forma o desvio da finalidade para qual se destina.

Sintetizando o que foi pesquisado em termos de recursos financeiros tanto na questão de arrecadação realizada pelos fundos municipais como na arrecadação realizada pelo Estado, nota-se que o Corpo de Bombeiros tem um valor financeiro bastante importante para atender suas necessidades, uma vez que os valores mostrados nos quadros acima superam os 65 milhões de reais de arrecadação em 02 anos de análise por parte deste estudo. A partir do momento que o recurso é devidamente aplicado tanto pelo Estado como pelos municípios que realizam a arrecadação é possível dizer que a corporação está no caminho certo no sentido de alcançar excelência na prestação de serviços a comunidade, pois recursos financeiros para este fim existem, só cabe aos seus mandatários verificar as deficiências e investir adequadamente os valores disponíveis.

6.8 ESTRUTURA DA DEFESA CIVIL

Ao Corpo de Bombeiros cabe a execução das atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamento e socorros públicos, sendo que a corporação atualmente esta presente em 47 municípios do Estado os quais são providos de Bombeiro Militar.

6.8.1 Objetivos da Defesa Civil

A Defesa Civil tem como metas principais a partir da legislação federal e estadual que regula as atividades de defesa civil os seguintes objetivos:

- Reestruturar o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros da PMPR, para fazer frente ao Programa Bombeiro Comunitário e ações de defesa civil junto aos municípios;
- Seus demais objetivos são a criação de um gerenciamento moderno para coordenação estadual do programa;
- Sistematizar um monitoramento regional otimizado das ações de defesa civil;
- Permitir uma integração ágil de recursos técnicos e humanos entre o Estado e os Municípios;
- Reduzir a relação custo X resposta do serviço de bombeiros;
- Potencializar as ações de combate a incêndios e ações de defesa civil nos municípios através das comissões municipais de defesa civil.

6.8.2 Criação da BM/8

A 8ª Seção do Corpo de Bombeiros atua nas atividades de defesa civil e na fiscalização de produtos perigosos, bem como no planejamento, coordenação, execução das fases de implantação, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento do Programa Bombeiro Comunitário, desenvolvendo os aspectos legais de capacitação de pessoal militar e formação de pessoal civil, bem como aplicando o pessoal militar disponibilizado em todo o Estado do Paraná, destacado nas unidades operacionais, nos respectivos setores responsáveis pelas ações de Defesa Civil.

6.8.3 Bombeiro Comunitário

Para a operacionalização do Bombeiro Comunitário, houve a necessidade de setenta e dois bombeiros militares devidamente qualificados e capacitados, impondo-se ao Corpo de Bombeiros a criação da 8ª Seção (BM/8) destinada à

coordenação, gerenciamento e controle dos assuntos de bombeiros comunitários e de defesa civil.

O emprego destes bombeiros militares é realizado através da formação e fiscalização das ações dos bombeiros comunitários, bem como na coordenação das ações de defesa civil na capital e interior do estado, potencializando as ações das Comissões Municipais de Defesa Civil com suas subcomissões, os Núcleos de Defesa Civil bem como os Planos de Auxílio Mútuo de todos os municípios paranaenses.

Os custos para implantação do Bombeiro Comunitário – Defesa Civil correspondem ao desembolso mensal necessário à reestruturação do quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros da PMPR.

Para a implantação do projeto houve a necessidade da realização de convênios entre o Estado e os municípios, cabendo a cada um as seguintes obrigações:

- Estado do Paraná – contribui com 72 bombeiros militares, bem como treinamento de 40 horas entre parte teórica e estágios.
- Cada Município contribui com 10 funcionários que depois de qualificados pelos Bombeiros Militares somam 720 Agentes de Defesa Civil; cada participante é responsável pela manutenção das instalações e materiais dos aquartelamentos.
- O Bombeiro Comunitário/Defesa Civil conta atualmente com 792 profissionais aplicados diretamente ao serviço;
- O Bombeiro Comunitário não contempla aumento de efetivo, mas uma readequação necessária, diante da criação da 8ª Seção na estrutura do Corpo de Bombeiros da PMPR.

A partir da criação da Lei Estadual a qual criou a oitava seção do Estado Maior do CB, que trata de assuntos de bombeiro comunitário e defesa civil, a corporação teve a necessidade, a partir das vagas previstas na legislação, de estruturá-las no Estado, conforme as necessidades de expansão do projeto e necessidades de fiscalização e coordenação de atividades de defesa civil, ficando o efetivo distribuído da seguinte forma:

QUADRO 14 – EFETIVO DEFESA CIVIL/BOMBEIRO COMUNITÁRIO – PR -2007

Distribuição do Efetivo da Defesa Civil/ Bombeiro Comunitário										
POSTO/GRAD.	CCB	1º GB	2º GB	3º GB	4º GB	5º GB	6º GB	1º SGBI	2º SGBI	TOTAL
Ten. Cel	1									1
Major		1	1	1	1	1	1			6
Capitão	1							1	1	3
1º Tenente	1		1	1	2	2	1			8
2º Tenente		1	1	1	2	4		1	1	11
Asp. Of. BM										0
Subtenente		2	2	2	2	2	2	2	2	16
1º Sargento		2	3	3	3	7		1	1	20
2º Sargento										0
3º Sargento								1	1	2
Cabo								1	1	2
Soldado								2	1	3
TOTAL	3	6	8	8	10	16	4	9	8	72

Fonte: BM8 – CCB/2007

Analisando o quadro acima, nota-se que a estrutura proporcionada ao atendimento das necessidades dos destacamentos é ineficaz, pois o número de praças que atuam como gestores (subtenentes e 1º sargentos) é menor do que o número de destacamentos criados, ficando uma defasagem, a qual é retirada dos destacamentos que mais possuem quartéis de bombeiro comunitário, que são as áreas do 4º Grupamento e do 5º Grupamento, comprometendo assim a gerência destes destacamentos, muitas vezes determinando ao mesmo praça a supervisão de até 03 frações, o que sem sombra de dúvida prejudica o sucesso do sistema. Este fato constatado ainda pode ser agravado pela tendência do programa ser ampliado para mais 25 municípios numa segunda fase de implantação, pois os futuros gestores para os novos destacamentos devem sair do efetivo hoje existente, o qual como já tratado, encontra-se bastante defasado. Junto à seção que supervisiona o programa verifica-se ainda que outros problemas atingem alguns municípios participantes, como distorções salariais nos salários pagos aos agentes, número insuficientes de agentes atuando, dificuldades de manutenção dos aquartelamentos por parte das prefeituras, além da carga horária de aprendizagem dos agentes ser insuficiente para o conhecimento necessário do serviço, pois somente são ministradas 20 horas de treinamento teórico e mais 20 horas de estágios operacionais, fator este que coloca em risco o trabalho efetuado pelos agentes.

6.8.4 Coordenadoria Estadual e Regionais de Defesa Civil

A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – CEDEC é o órgão de gerência da defesa civil no Estado, estando vinculada a Casa Militar da Governadoria do Estado. Para a gerência regional das atividades de defesa civil existem as COREDEC, que são as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil as quais estão assim distribuídas:

- 1ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –1ºGB -Curitiba
- 2ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –2ºGB – Ponta Grossa
- 3ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –3ºGB - Londrina
- 4ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –4ºGB - Cascavel
- 5ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –5ºGB - Maringá
- 6ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –6ºGB – São José dos Pinhais
- 7ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –1ºSGBI – Foz do Iguaçu
- 8ª Coordenadoria Regional de Defesa Civil –2ºSGBI – Paranaguá

6.9 SERVIÇO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO TRAUMA E EMERGÊNCIA

O SIATE é um dos serviços de que a corporação dispõe mais reconhecido por toda a comunidade paranaense, pois nos momentos em que a população mais precisa de auxílio, lá estão os socorristas prontos a amparar os cidadãos. Em reconhecimento a este trabalho o Governo do Estado tem apoiado e investido maciçamente no sistema, disponibilizando nos últimos quatro anos a compra de oitenta viaturas, além de outros materiais necessários ao funcionamento do serviço.

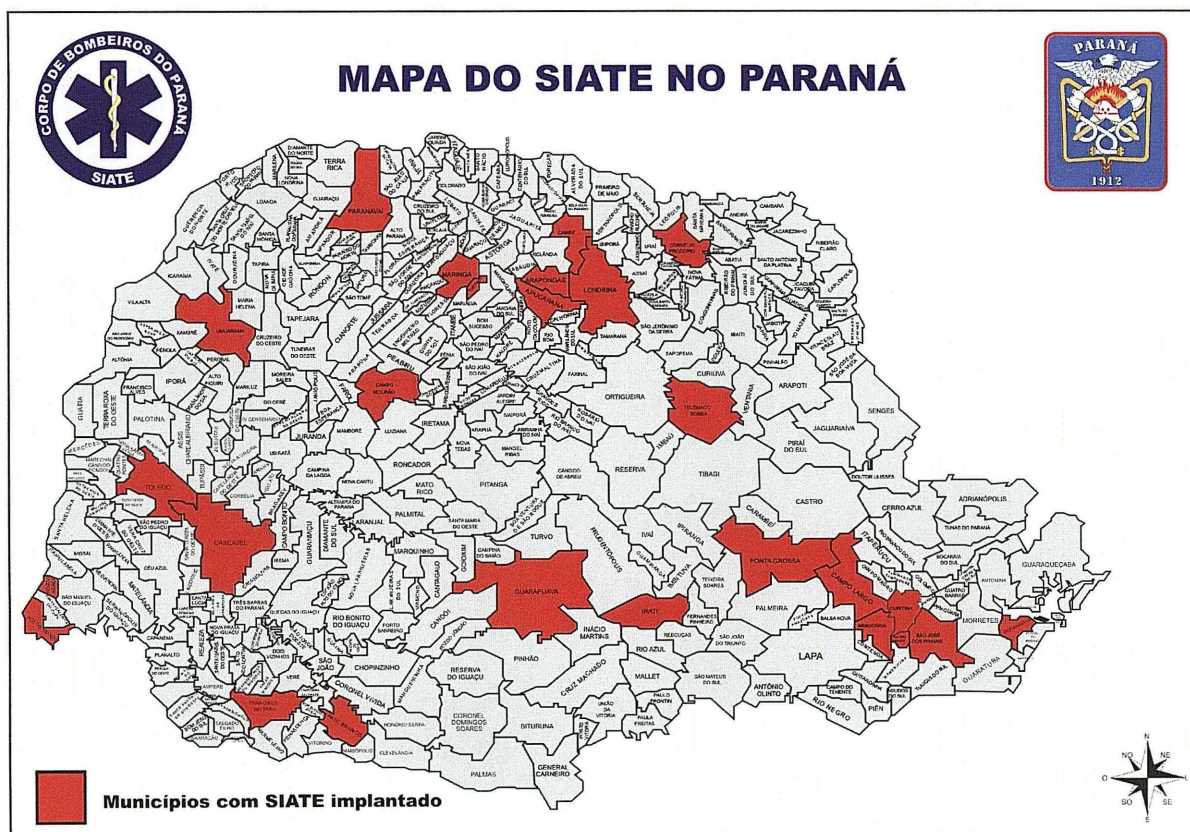
O Governo do Estado do Paraná, verificando a necessidade de estender o SIATE a todos os municípios do Estado do Paraná, decidiu ampliar o serviço e estabeleceu, num primeiro momento, abranger 19 municípios com população superior a 50.000 habitantes, estes providos de unidades do Corpo de Bombeiros

Militar. Estes municípios vieram a se somar aos 07 já existentes desde a década de 90, pioneiros no atendimento ao trauma, totalizando 26 municípios.

Uma grande dificuldade encontrada na ampliação do serviço foi o cadastramento da rede médica para atendimento de emergências, pois muitas vezes os municípios que se prontificam a instalar o serviço não tem leitos e nem médicos em condições de fazer frente à demanda das ocorrências.

Outro fator complicador para a ampliação do serviço é que a Secretaria de Estado da Saúde, seguindo uma orientação do Governo Federal, determinou aos municípios candidatos ao atendimento pré-hospitalar que obrigatoriamente deveriam também possuir o sistema SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o qual para muitas cidades de menor potencial fica inviável em manter os dois serviços, devido aos altos custos com materiais de reposição, pagamento de médicos e manutenção da frota de ambulâncias, entre outros. Muitos municípios que tiveram o SIATE instalado pelo Governo Estadual ainda não contam com o serviço do SAMU, fator este que se contrapõem à orientação ministerial.

MAPA 11 – SIATE NO PARANÁ



Fonte: Pesquisa Documental Coordenadoria Estadual do SIATE/CCB – 2007

O mapa acima mostra os municípios atendidos pelo serviço, sendo que nestes municípios se concentra cerca de 50% do total populacional do Estado, portanto o SIATE hoje atende cerca de 5.100.000 habitantes do Estado e conta com quase novecentos socorristas, formados pela própria corporação, para o desempenho das mais diferentes formas de atendimento pré-hospitalar.

6.9.1 Objetivos do SIATE

O SIATE tem como metas principais dentro da área de atendimento emergencial os seguintes objetivos:

- Prestar assistência médica de emergência à população, no que diz respeito ao trauma, garantindo às vítimas o suporte básico de vida no local da ocorrência, sua estabilização e transporte adequado ao hospital mais apropriado para o cuidado definitivo;
- Promover a integração entre as ações de salvamento, praticadas tradicionalmente pelo Corpo de Bombeiros, e as ações de emergência médica, tanto em nível pré-hospitalar quanto no que diz respeito ao pronto atendimento em situações de urgência;
- Assessorar programas de caráter educativo junto à população, tanto no que se refere aos aspectos preventivos dos acidentes, especialmente os de trânsito, quanto no que diz respeito ao pronto atendimento em situações de urgência;
- Promover e/ou assessorar programas de formação de recursos na área de atendimento pré-hospitalar.

6.9.2 Distribuição do Efetivo do SIATE

A partir da edição da Lei Estadual, a qual criou a Coordenadoria Estadual do SIATE, com intuito de oferecer uma estrutura administrativa para o serviço, houve a

necessidade de distribuir o efetivo determinado pela legislação, dentro da regionalização das 26 unidades existentes.

Como todas as regiões são contempladas pelo serviço, a corporação realizou uma distribuição de forma eqüitativa entre os Grupamentos e Sub Grupamentos, cabendo a gerencia regional do serviço ao posto de capitão do Corpo de Bombeiros.

Abaixo encontra-se a distribuição do efetivo destinado a coordenação do serviço de atendimento ao trauma pelos Grupamentos e SubGrupamentos de Bombeiro:

QUADRO 15 DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DO SIATE – PR - 2007

Distribuição do Efetivo Administrativo do SIATE										
POSTO/GRAD.	CCB	1º GB	2º GB	3º GB	4º GB	5º GB	6º GB	1º SGBI	2º SGBI	TOTAL
Ten. Cel										
Major	1									1
Capitão	1	1	1	1	1	1	1			7
1º Tenente		1	1	1	1	1	1	1	1	8
2º Tenente										
Asp. Of. BM										
Subtenente										
1º Sargento	1	1	1	1	1	1	1			7
2º Sargento	1							1	1	3
3º Sargento	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Cabo										
Soldado								1	1	2
TOTAL	5	4	4	4	4	4	4	4	4	37

Fonte: Coordenadoria Estadual do Siate – CCB/2007

Analisando o quadro acima, após mais de 15 anos de criação do SIATE, o serviço passou a contar com um efetivo administrativo, capaz de planejar e vivenciar as dificuldades dos socorristas no seu dia a dia, possibilitando capacitar novos bombeiros, qualificando os que já atuam e mantendo contatos com a rede hospitalar credenciada, para que o SIATE continue como referência no atendimento a vítimas de trauma. Quanto à quantidade de pessoal disponibilizado, verifica-se que é suficiente para atender as demandas de supervisão e treinamento, pois como o número de cidades atendidas pelo serviço é a metade do total de destacamentos de bombeiro militar, facilita o gerenciamento do sistema.

7 CONCLUSÃO E SUGESTÕES

Analiticamente, o que se buscou através dos dados levantados junto às seções de direção, apoio e execução, foi verificar a atual forma de gerência adotada pela Corporação frente à diversificação das atividades.

Como definição inicial do problema e também um dos objetivos específicos da pesquisa, optou-se em estabelecer um comparativo entre o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros antes e depois da Lei nº 14.851, a qual inseriu as novas seções do Estado Maior, respectivamente do SIATE e BM/8. A comparação realizada foi positiva principalmente no caso do SIATE, que já existia a mais de 15 anos e não era dotado ainda de uma estrutura de gerência do serviço, a qual ficava totalmente desprovida de uma administração mais atuante. Já no caso da BM/8 a inserção deste setor possibilitou a gerência mais efetiva, principalmente em termos do programa Bombeiro Comunitário, o qual sentiu a falta de um quantitativo maior de militares destinados a supervisão do serviço.

O problema inicial verificado, bem como, um objetivo específico levantado, foi à preocupação em demonstrar a ocupação das frações de bombeiro no Estado, principalmente em termos de população atendida, obtendo como resultado que mais de 75% da população atualmente no Paraná é atendida por alguma forma de serviço de bombeiro, quer na forma militar ou comunitário, principalmente nos municípios com população superior a 15.000 habitantes, fator este que sensivelmente reduz os prejuízos causados a população.

Finalmente como parte da definição inicial do problema, buscou-se junto à corporação a real capacidade de garantir o desenvolvimento institucional e a melhoria no atendimento efetivamente prestado a comunidade. Como resposta a esta dúvida os setores competentes foram questionados, sendo que os mesmos foram categóricos em afirmar que hoje o principal óbice na busca deste desenvolvimento esbarra na falta de efetivo condizente com a atuação desenvolvida pelo Corpo de Bombeiros, principalmente devido a grande gama de serviços atualmente realizados.

A justificativa desta pesquisa bem como seu objetivo geral foi traçar um perfil da gerência realizada pela instituição em termos das diferentes seções do Estado

Maior analisando as condições existentes. Nesta esteira procurou-se verificar suas condições de pessoal, de atendimento, estrutura, material e de recursos financeiros empregados na consecução de suas atividades, sobre os quais agora se discorrera.

Primeiramente foi analisada a situação de pessoal, hoje o principal problema que assola a corporação, principalmente pelos constantes pedidos de reserva remunerada, devido à possibilidade do militar se aposentar com 25 anos de serviço, fator que tem sido preponderante no grande número de pedidos de inatividade, principalmente no caso das praças.

Atualmente o Corpo de Bombeiros conta com um efetivo previsto de 3.439 bombeiros, sendo que só existem 2863 bombeiros, ou seja, um déficit de 576 bombeiros, principalmente de praças com 515 militares.

A expansão pretendida por muitos municípios esbarra na dificuldade existente na Corporação em ter pessoal necessário para fazer frente a esta demanda, pois a proporção atual é de 01 bombeiro militar para cada 3.584 habitantes e de 01 posto de bombeiro militar para cada 8,5 município. Nesta análise feita junto à seção de pessoal da corporação chega-se à conclusão que o déficit de efetivo precisa ser recompletado de forma urgente, pois o número de bombeiros que solicitam a inatividade é muito grande e a reposição de pessoal não acompanha a tendência de um rápido esvaziamento dos quadros.

A instituição deve levar a efeito um projeto proposto pela Polícia Militar, o qual encontra-se em tramitação junto aos escalões governamentais, que permite um gatilho para a reposição imediata de efetivo com a abertura de concurso permanente à medida que mais de 100 militares forem para a reserva remunerada ou pedirem exoneração. Esta constatação está comprometendo em muito a manutenção dos serviços prestados pela instituição que está em vias de completar seus 100 anos, mas que possui em seus quadros os mesmos militares previstos a 30 anos atrás.

É necessário um urgente estudo por parte de seus mandatários no sentido de solicitar a inclusão imediata do pessoal previsto, bem como realizar junto aos escalões governamentais, gestões no sentido de aumento do contingente, pois no Estado os números ideais propostos pela ONU que são de 01 bombeiro para cada 1000 habitantes, encontram-se muito aquém dos ideais para realizar um atendimento emergencial eficiente.

Outra análise realizada foi sobre o quadro demonstrativo de atendimento de ocorrências que é um instrumento de referência, pois possibilitou verificar as tendências e a conseqüente correção nos rumos da instituição, principalmente no que se refere à evolução do quantitativo de ocorrências de um ano para o outro que foi na ordem de 12%, principalmente no número de vistorias, atendimentos pré-hospitalares e incêndios florestais.

Esta visão das ocorrências contribui para determinar quais materiais e equipamentos devem ser adquiridos e quais cursos de treinamento e aperfeiçoamento devem ser ofertados ao pessoal interno, possibilitando a melhoria no desenvolvimento da atividade fim.

A leitura feita quanto aos materiais da instituição, trouxe uma constatação em relação ao desenvolvimento das atividades finalísticas, que é a sensível melhora nas viaturas e equipamentos disponibilizados a tropa, principalmente após o advento do fundo estadual, o qual trouxe uma padronização de aquisições, onde todos os destacamentos militares foram beneficiados com os mesmos materiais. Tem muito que ser feito ainda, principalmente em relação às viaturas de combate a incêndio, as quais se encontram com a vida útil bem defasada, necessitando ser substituídas num menor tempo possível.

As viaturas e materiais sofrem ação depreciativa tanto pelo uso quanto pelo tempo, necessitando de um plano de reposição, envolvendo grandes investimentos, os quais muitas vezes dependem da receptividade dos agentes políticos para sua concretização.

Fazendo uma retrospectiva da evolução histórica do Corpo de Bombeiros, verifica-se um crescimento vertiginoso a partir do ano de 1974, quando se implementou o FUNREBOM na cidade de Ponta Grossa, pois o Tesouro Estadual não contemplava a corporação em matéria de investimentos e com o custeio restrito a salários e alimentação do contingente. Este fato serviu de projeto piloto, para criação de novos destacamentos, que em pouco mais de 30 anos passaram de 09 para 47 frações de bombeiro militar.

Mais recentemente com a criação do FUNCB, a corporação entrou numa fase de modernização e reestruturação em sua forma de arrecadação, com a migração da taxa de vistoria para os cofres do Estado e de investimentos com as grandes aquisições de viaturas e equipamentos, contribuindo para dotar a instituição de modernas tecnologias no atendimento emergencial.

Nota-se que os fundos existentes permitiram uma sensível melhora nas condições operacionais desenvolvidas pelos seus integrantes, conforme constatado nos números apresentados neste estudo.

As informações colhidas junto à Assessoria de Fundos Especiais – ASFE, mostrou que as arrecadações obtidas pelos fundos no Estado são suficientes para fazer frente à demanda de necessidades do Corpo de Bombeiros, pois os custos de operacionais de um aquartelamento básico não saem por menos de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) ano. Além deste custeio é necessário manter as aquisições de equipamentos e viaturas tanto pela esfera municipal como pela estadual, com intuito de proporcionar a excelência no atendimento que só pode ser alcançada mediante fortes investimentos.

Outro projeto que se encontra em fase de implantação na instituição é o fundo rotativo, o qual possibilita o envio de recursos para despesas com custeio diretamente as cidades onde existem as frações de bombeiro militar, fato que possibilitará o melhor emprego dos recursos arrecadados pelo Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros, evitando qualquer tipo de transtorno, principalmente com relação à conservação de veículos, os quais são imprescindíveis para a execução das mais diversas missões afetas a corporação.

A articulação do Corpo de Bombeiros que tem como base a concentração populacional, divide-se em Grupamentos, Subgrupamentos e Seções de Bombeiros, além dos Subgrupamentos Independentes, estando presentes com suas frações militares em 47 dos 399 municípios paranaenses, num percentual de 12% e representando uma concentração populacional de 58% da população.

Já com a inserção das unidades de bombeiro comunitário que estão divididas obedecendo à mesma articulação das frações militares, o número de municípios atendidos subiu para 98, com a inclusão dos 51 destacamentos comunitários, atingindo um percentual de 13% de municípios atendidos por esta forma de sistema, perfazendo um total de 25% dos municípios com alguma forma de atendimento emergencial e levando os serviços quer na sua forma militar ou comunitária para quase 70% da população paranaense.

A criação do Programa Bombeiro Comunitário pela Casa Militar – Defesa Civil, possibilitou prestar algum socorro emergencial aos maiores municípios do Estado, que contam com mais de 15.000 (quinze mil) habitantes. O programa apresenta na análise realizada junto a BM/8 – Assuntos de Defesa Civil e Bombeiro

Comunitário, algumas dificuldades principalmente em termos de treinamento inicial dos agentes de defesa civil e na manutenção dos aquartelamentos por parte das prefeituras municipais, pois há em alguns municípios dificuldade até mesmo de pagamento dos agentes de defesa civil, criando grandes distorções salariais entre os municípios participantes.

A manutenção destes quartéis é mesmo um grande desafio para a corporação, uma vez que os recursos municipais estão cada vez mais limitados e alguns prefeitos já sinalizaram com a possibilidade do abandono do programa, por falta de recursos. O comprometimento da qualidade do serviço prestado pelos agentes municipais e da gerência do Sargento Bombeiro Militar, são os grandes obstáculos ao sucesso do programa, pois sem condições de permanecer funcionando com as mínimas condições, fatalmente afetará toda comunidade que se beneficia do serviço.

Com a possibilidade já assinalada pelo Governo do Estado de expandir este projeto para mais 25 (vinte e cinco) municípios há que se repensar as dificuldades encontradas na fase inicial do programa, corrigindo as distorções, para que os novos municípios que eventualmente sejam contemplados pelo projeto, não passem pelos mesmos problemas.

A expansão dos serviços do SIATE a todos os municípios do Estado do Paraná onde existem frações militares ocorreu nesta primeira fase de forma satisfatória na maioria dos municípios, com exceção de alguns que tiveram dificuldades em realizar os convênios, principalmente no que se refere ao atendimento da rede hospitalar, o qual é bastante precário em alguns destes municípios, pois mal possuem médicos em condições de gerenciar o serviço.

A que se repensar o modelo de expansão do serviço, numa segunda fase de ampliação, pois os municípios com destacamentos militares que podem receber os serviços do SIATE, tem ainda mais dificuldades em atender as necessidades do serviço, pois não basta o socorrista fazer um atendimento de excelência no local da ocorrência se a cidade não tem condições mínimas de suporte avançado desta vítima. Além deste fator o serviço não pode deixar de contar com uma eficiente reposição da frota de ambulâncias, visando o não comprometimento das ações de atendimento pré-hospitalar.

Neste momento, o Corpo de Bombeiros da PMPR, deve refletir a sua condição de organização de socorro público, criando um organismo técnico de

assessoramento, capaz de buscar o aperfeiçoamento institucional em todos os setores, porque desta forma evita-se que situações como as analisadas possam prejudicar o bom nome da corporação e a confiança que a comunidade paranaense deposita na mesma, conforme recente pesquisa feita pela imprensa paranaense a qual citou o Corpo de Bombeiros como a entidade em que mais a população confia com cerca de 97% (noventa e sete por cento) de credibilidade.

Como a situação atual indica um crescimento acentuado das atividades de bombeiro (Implementação de Corpos de Bombeiro Comunitário e a Expansão do SIATE), ocorre na sociedade uma dependência cada vez maior dos serviços de emergência.

É de fundamental importância ter uma nova visão sobre o perfil de gerência do Corpo de Bombeiros, a qual possibilitará a busca de novas adequações na estrutura da corporação, estabelecendo metas, objetivando melhorias no atendimento com um menor tempo resposta, para alcançar a excelência no atendimento populacional, além de prepará-la para enfrentar as evoluções bem como as adversidades futuras de uma instituição em vias de completar seu centenário de criação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Ten. Cel. QOBM Jurandi. **Perfil do Corpo de Bombeiros do Paraná**. Curitiba, 2001 - Monografia apresentada à Academia Policial Militar do Guatupê.

BRASIL Constituição (1988) **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Decreto Federal n. 88777, de 30 de Setembro de 1983. **Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares e adota outras providências**.

IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br/cidadesat/default>. Acesso em: 25/03/2008.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MARTINS, Cel. QOBM Jorge Luiz Thais. **O Impacto do FUNCB no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná**. Curitiba, 2004 – Monografia apresentada à Academia Policial Militar do Guatupê.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PARANÁ Constituição (1989) **Constituição: Estado do Paraná**. Curitiba, PR: Assembléia Legislativa do Paraná, 1989.

PARANÁ, Decreto Estadual n. 1343, de 29 de Setembro de 1999. **Regulamenta o Sistema Estadual de Defesa Civil**.

PARANÁ, Decreto Estadual n. 6072, de 31 de Janeiro de 2006. **Regulamento o Bombeiro Comunitário no Paraná e adota outras providências**.

PARANÁ, Lei Estadual n. 1943, de 23 de Junho de 1954. **Cria o Código da Polícia Militar do Paraná e adota outras providências**.

PARANÁ, Lei Estadual n. 6774, de 8 de Janeiro de 1976. **Cria a Lei de Organização básica da Polícia Militar do Paraná e adota outras providências.**

PARANÁ, Lei Estadual n. 13976, de 26 de dezembro de 2002. **Cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, a qual prevê despesas de custeio e de capital em atividades de bombeiro e adota outras providências.**

PARANÁ, Lei Estadual n. 14851, de 07 de outubro de 2005. **Fixa Efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais-militares e adota outras providências.**

PARANÁ, **Normas Técnicas do SIATE:** composição, estrutura e funcionamento. 1. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1990.

PMPR. Disponível em <www.pmpr.gov.br/pmpr>. Acesso em: 11/04/2008.

PONTA GROSSA, Lei Municipal n. 1327, de 08 de outubro de 1973. **Cria o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa e adota outras providências.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Sistema de Bibliotecas. Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos. In: _____. **Normas para apresentação de documentos científicos.** Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

ANEXOS

Lei Estadual nº 14.851 de 07 de Out 2005

Súmula: Fixa efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 policiais-militares e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.237 policiais militares;

Art. 2º. O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, por postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, de acordo com os quantitativos fixados nos anexos I e II desta lei, denominados respectivamente de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

Parágrafo único. O efetivo das praças especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 3º. A Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 45

I – Grupamento de Bombeiros e Subgrupamento de Bombeiros Independente (GB e SGBI): incumbidos da missão de extinção de incêndios, busca e salvamento, são subordinados ao Comando do Corpo de Bombeiros;

II – Subgrupamento de Bombeiros: organização subordinada a um Grupamento de Bombeiros;

III – Seção de Bombeiros (SB): organização subordinada a um Subgrupamento de bombeiros ou Subgrupamento de Bombeiros Independente 8º, e com as mesmas missões e características destes;

Art. 46. Os Grupamentos de Bombeiros e os Subgrupamento de Bombeiros Independentes são assim organizados:

III – Estado-maior;

Art. 47. As áreas de responsabilidade e desdobramento das unidades operacionais do Corpo de Bombeiros obedecerão ao que prescreve o Capítulo Único do Título III desta Lei, no que lhe for aplicável, sendo que um Grupamento equivale a um Batalhão, um Subgrupamento equivale a uma Companhia e uma Seção de Bombeiros equivale a um Pelotão.

Art. 4º. Fica acrescido o inciso VII, a alínea i, ao § 3º, e o § 8º, ao artigo 41, da Lei n.º 6.774, de 08 de janeiro de 1976, com as seguintes redações:

VII – SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência).

§ 3º.

8ª Seção (BM/8): assuntos de Defesa Civil.

i)

§ 8º - A Coordenadoria do SIATE incumbe-se da direção, controle, coordenação e planejamento dos recursos do Corpo de Bombeiros empregados no Serviço de Atendimento ao Trauma em Emergências.

Art. 5º. O aumento de efetivo decorrente desta Lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 6º.....Vetado.....

Art.7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 14.696, de 11 de maio de 2005, e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em
07 de outubro de 2005.

Roberto Requião
Governador do Estado

Publicado no Diário Oficial Nº 7077 de 07/10/2005
Este não substitui o publicado no Diário Oficial.